Coleção ECONOMIA
vol. 2

Ficha catalográfica

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Preobrajensky, Eugen, 1886-1937.
P936n A Nova econômica / Eugen Preobrajensky; tradução, apresentação e notas de Leôncio Martins Rodrigues. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
(Coleção Economia; v. 2)

Tradução de: Novaia Ekonomika

1. Socialismo 2. União Soviética – Condições econômicas I. Título II. Série

CDD – 330.947
335
CDU – 338 (47)
79-0273 330.342.15

EDITORA PAZ E TERRA
Conselho Editorial:
Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

E. PREOBRAJENSKY

A NOVA ECONÔMICA

Tradução, Apresentação e Notas de
Leôncio Martins Rodrigues

Paz e Terra

Capa: Mário Roberto Correa da Silva

EDITORA PAZ E TERRA S/A
Rua André Cavalcanti, 86
Fátima, Rio de Janeiro, RJ

1979

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

Preobrajensky e a "Nova Econômica"
Leôncio Martins Rodrigues 9

Sobre a Tradução Brasileira 39

Prefácio do Autor à Primeira Edição 41

Capítulo Primeiro: Sobre o Método de Análise Teórica da Economia Soviética 49

O método de economia política de Marx 51
Economia política e tecnologia social 55
Método de estudo do sistema de economia socialista-mercantil 62

Capítulo Segundo: A Lei da Acumulação Socialista Primitiva 87

Acumulação capitalista primitiva e acumulação socialista primitiva 89
A luta entre as duas leis 154

Capítulo Terceiro: A Lei do Valor na Economia Soviética — 167

Observações gerais 167

demonstração – que a distribuição das forças produtivas, que se realiza de fato entre nós através de uma luta, corresponde, por algum passe de mágica, à distribuição que se estabeleceria através da ação da lei do valor num regime de supremacia das relações capitalistas, isto é, que as proporções da produção coletiva num determinado estágio de industrialização correspondem às proporções capitalistas. Por que razão as proporções que nos são necessárias seriam *determinadas* pela lei do valor enquanto regulador e só poderiam ser obtidas por seu intermédio, uma vez que a lei do valor está ligada historicamente – material e fisicamente, se quisermos – à produção mercantil, sendo inseparável dela na medida em que se trata de uma produção onde a propriedade privada dos meios de produção é predominante? Seria a substituição da propriedade privada pela propriedade coletiva, no que diz respeito a todas as alavancas de comando, um mero ato jurídico formal que não modificaria a *essência* do sistema? Por que não podemos dizer que encontramos, no *essencial*, as proporções necessárias para nossos métodos que são, apesar da extrema pobreza de nossa experiência em planejamento, melhores e mais perfeitos do que os métodos de obtenção de um equilíbrio de modo espontâneo? Considerando que a lei do valor só estabalece correções por meios espontâneos, por que uma tal proposição seria agora objetivamente impossível uma vez que traçamos as linhas gerais de proporcionalidade graças a *nossos métodos* de cálculo estatístico das necessidades e da demanda efetiva, métodos que compreendem também o cálculo das possibilidades de nossa influência sobre a economia privada, assim como de nossa dependência diante dela? Se isso for possível, se for possível em 50%, dizer que essencialmente só existe entre nós um único regulador, significa confundir do modo mais grosseiro a regulação com base no custo do trabalho sob o capitalismo com a necessidade econômica objetiva de uma distribuição proporcional de trabalho, a qual não existe somente na economia mercantil e mercantil-socialista e não se estabelece somente através de métodos capitalistas. No sistema mercantil-socialista, esta proporcionalidade *somente* pode estabelecer-se mediante uma luta contra a lei do valor; ela será sempre a resultante de uma luta – embora a direção na qual a lei do valor e a lei da acumulação socialista operam possa coincidir em certos casos particulares na conjuntura real.

Poder-se-ia perguntar: se a forma mercantil e monetária das relações é predominante, isto não tornaria inevitável a existência de um único regulador, a saber, a lei do valor? Esta objeção é essencial mas ela parece formal e, em pontos importantes, permanece na superfície dos fenômenos.

Se lançamos um rápido olhar na história da Humanidade, na história da luta de classe e na história das formas econômicas com a finalidade de verificar se um movimento para frente se realiza de modo antagônico, de modo pacificamente evolutivo ou alternando ora um ora outro, sempre e em toda parte, a regra é que a mudança de conteúdo precede a mudança da forma das relações entre os homens. Ocorre a mesma coisa no sistema econômico criado pela Revolução de Outubro. Nossa economia estatal está ligada com a economia privada; assim, esta última penetra automaticamente no próprio interior das relações da economia estatal. A economia privada, enquanto economia individual, não pode se desenvolver sem a forma de relações baseadas nas trocas. (Neste sentido, basta lembrar a experiência do sistema de confisco dos gêneros agrícolas durante o Comunismo de Guerra). Em compensação, a economia estatal, na presença da antiga forma de trocas, pode ir extremamente longe, mudando o *conteúdo* das relações sociais de produção. Para o jurista, confundir aqui a forma, o conteúdo e o lugar respectivo de ambos num momento dado ainda, é parcialmente desculpável. Porém, para economistas marxistas, tal confusão é absolutamente imperdoável, tal como é imperdoável que eles apreendam antes sob seu aspecto formal do que de conteúdo as conseqüências objetivamente necessárias da socialização da indústria e dos transportes para todo o sistema de regulação da economia.

Por fim, cumpre afastar aqui um mal-entendido que pode surgir da leitura dos capítulos seguintes. Entre nós, freqüentemente os numerosos erros e falhas de cálculo do Gosplan e de outros órgãos dirigentes da economia soviética são apresentados como prova das limitações das possibilidades de regulação planificada da economia. Quero observar que, na análise teórica da economia soviética, é necessário estabelecer e avaliar somente as possibilidades de regulação que existem *objetivamente* e que dependem da efetiva relação de forças entre a economia estatal e a economia privada, do grau possível de organização da economia estatal numa determinada

etapa, assim como da influência interna e da pressão externa que ela sofre de parte do mercado mundial.

Não podemos reduzir as possibilidades objetivas de planificação à soma de erros que cometemos em matéria de planificação. Isto significaria culpar a necessidade histórica por cada erro de cálculo, incluindo a deficiente distribuição das pessoas nas diferentes funções. Exatamente do mesmo modo, é completamente errado atribuir à necessidade econômica nossa compreensão insuficiente do sistema econômico que dirigimos e de suas leis, assim como os erros que daí decorrem, qualquer que seja a gravidade de suas conseqüências objetivas, diminuindo assim, na porcentagem correspondente da análise teórica, as possibilidades de regulação conscientemente determinadas que *são objetivamente existentes em nosso sistema*.

Capítulo Segundo

A LEI DA ACUMULAÇÃO SOCIALISTA PRIMITIVA

Não é exagerado dizer que a questão mais interessante, mais atual e mais apaixonante depois de Outubro de 1917 e da vitória militar da Revolução, é para todos nossos teóricos e práticos, a questão de saber o que é o sistema soviético, em que direção ele se desenvolve, quais são as leis básicas de seu desenvolvimento e como se situa – ante as nossas antigas e tradicionais concepções de socialismo – esta primeira experiência de um sistema econômico cujos elementos de vanguarda ultrapassam os limites do capitalismo. Aliás, é mais correto colocar esta última questão sob a seguinte forma: como se configura atualmente, depois de oito anos de ditadura do proletariado num imenso país, nossa primeira concepção de socialismo.

Nenhuma formação econômica pode desenvolver-se sob forma pura, baseando-se unicamente nas leis imanentes de sua própria formação. Isto estaria em contradição com a própria idéia de desenvolvimento. A expansão de qualquer forma econômica implica o afastamento de outras formas, que se submetem e desaparecem progressivamente. Nestas condições, a diagonal do paralelograma das forças que atuam no campo econômico nunca pode seguir a linha das leis internas da forma dominante, mas se afastará lentamente, distanciando-se sempre desta linha sob a influência de for-

ças opostas. Estas forças opostas, quer dizer, as forças das outras formas econômicas, inseridas no sistema econômico considerado, operam seguindo a linha das suas próprias leis de desenvolvimento. Estas leis de desenvolvimento das formas antigas reduzem-se, agora, a leis de resistência à forma nova.

Mas a análise de um sistema econômico em que atuam duas leis fundamentais complica-se enormemente no caso em que a forma historicamente progressista não é a que já predomina no interior na economia mas somente a que está se transformando na forma dominante. É precisamente isso que ocorre no sistema econômico soviético. A dificuldade, como mostraremos adiante com mais detalhes, surge na análise do papel de uma terceira força econômica. No caso considerado, trata-se da pequena produção. Na época da guerra civil, os quadros do socialismo, quer dizer; a classe operária e os camponeses pobres, dirigiram a luta em favor do campesinato médio contra os quadros do capitalismo, quer dizer, a burguesia, os latifundiários, os *kulaks* e os burocratas. Nesta luta, o campesinato médio, perpetuamente hesitante, colocou-se em geral do lado da classe operária. Agora este luta transportou-se para o domínio econômico. A pequena produção alimenta tanto a acumulação capitalista como a acumulação socialista. Uma questão de fundamental importância para os destinos do socialismo num país agrícola é saber se a pequena produção, em vias de desagregação, evoluirá fundamentalmente em direção do capitalismo, separando de um lado, assalariados e, de outro, pequenos proprietários do tipo *kulak*, ou se ela se transformará cada vez mais num elemento periférico da economia estatal. No primeiro caso, não somente o ritmo de desenvolvimento será mais lento como também o método de luta da forma socialista contra a forma capitalista será outro; toda a estrutura econômica será diferente. Não me refiro aqui às conseqüências políticas muito importantes que inevitavelmente acompanharão esta variante.

Esta dificuldade do campo da análise teórica das tendências do desenvolvimento da economia soviética não é a única. Os céticos geralmente consideram infrutíferas as tentativas de análise teórica de nossa economia pelo fato de que ela tem apenas oito anos de vida e, conseqüentemente, não poder fornecer elementos concretos suficientes para generalizações teóricas. Como prova, aparecem freqüentes alusões à *Economia do Período de Transição*, do Camarada Bukarin. Mas esta obra era e permaneceu uma teoria do período guarda-vermelho da revolução social e não poderia, objetivamente, ser outra coisa. Por outro lado, toma-se como exemplo *O Capital* de Marx que só pôde ser escrito depois de um período de muitos decênios de capitalismo contemporâneo e de um século de economia mercantil.

Depois de tudo que foi dito no capítulo anterior, parece-me um esforço inteiramente inútil gastar mais algumas páginas para provar que a análise teórica da economia soviética é possível. Um tal esforço significaria afastarmo-nos da verdadeira prova que consiste na própria análise do sistema econômico soviético. Eis porque passo diretamente a me ocupar da questão essencial.

Acumulação Capitalista Primitiva e Acumulação Socialista Primitiva

A fim de compreender a fase atual do desenvolvimento da economia soviética é importante comparar sistematicamente os inícios do socialismo com os primeiros passos do modo de produção capitalista. Esta comparação é extremamente instrutiva e facilita bastante nossa análise. Semelhanças e diferenças – estas últimas incomparavelmente mais numerosas – marcam igualmente bem as particularidades da economia soviética.

Comecemos pela diferença mais importante que condiciona uma série de outros traços distintivos. A produção capitalista nasce e se desenvolve dezenas de anos antes das revoluções burguesas, no interior de uma sociedade feudal, ou de uma sociedade feudal semi-desagregada pela produção mercantil. Isto diz respeito inteiramente ao desenvolvimento do capital comercial enquanto estágio prévio necessário da produção capitalista. Isto diz respeito também aos primeiros passos da manufatura na Inglaterra e da indústria capitalista utilizando máquinas no continente europeu. O capitalismo podia atravessar seu período de acumulação primitiva numa época em que, no plano político predominava o absolutismo, e no plano econômico, a produção mercantil simples e as relações feudais e servis.

As revoluções burguesas começam depois que o capitalismo já progrediu bastante no campo econômico. A revolução burguesa é

apenas um episódio no processo do desenvolvimento burguês que começou bem antes dela e prosseguiu com grande rapidez depois dela. O sistema socialista, ao contrário, começa sua cronologia com a tomada do poder pelo proletariado. Isto decorre da própria essência da economia socialista enquanto complexo único que não pode ser construído pouco a pouco no interior do capitalismo. Enquanto o capital comercial podia desenvolver-se nos poros da sociedade feudal, enquanto as primeiras empresas capitalistas podiam funcionar sem entrar em contradição irredutível com o regime político existente e com as formas de propriedade, (nutrindo-se, ao contrário com sua seiva, como veremos mais abaixo) o complexo de produção estatal socialista só pode nascer em conseqüência da ruptura do antigo sistema em todas suas frentes, somente como resultado da revolução social. Este fato adquire uma colossal importância para a compreensão, não somente da gênese do socialismo, mas também de todo processo de edificação socialista subseqüente. Ao contrário, uma compreensão insuficiente ou o esquecimento da própria essência do que constitui o socialismo conduziu, mais de uma vez, e ainda conduz uma série de camaradas, a concepções nitidamente filistéias e, algumas vezes, diretamente reformistas da economia soviética e das vias de seu desenvolvimento.

Para que a acumulação capitalista possa começar, as seguintes premissas são necessárias: 1) uma acumulação anterior de capital nas mãos de algumas pessoas, acumulação suficiente para a aplicação de uma técnica mais evoluída ou de um nível mais elevado de divisão do trabalho, no caso de a técnica permanecer a mesma; 2) a presença de um contingente de operários assalariados; 3) um desenvolvimento suficiente do sistema de economia mercantil em geral, como base da produção e acumulação mercantil-capitalista.

A respeito dessas condições, escreveu Marx: "No que diz respeito à produção de mercadorias, a produção em grande escala só pode prosperar sob sua forma capitalista. Uma certa acumulação de capital entre produtores individuais constitui, portanto, uma condição preliminar ao modo de produção especificamente capitalista. Deste modo, é preciso supor a presença de tal acumulação quando da passagem do artesanato à produção capitalista. Esta acumulação é denominada de *acumulação primitiva* porque ela não é o resultado histórico mas a base histórica da produção especificamente capitalista. Não é necessário agora procurar aqui suas origens. Basta saber que ela constitui o ponto de partida" [1]

A este respeito, o que acontece com a acumulação socialista primitiva? O socialismo tem a sua pré-história? E, em caso afirmativo, quando ela começa?

Como já vimos, a acumulação capitalista primitiva podia realizar-se a partir do feudalismo, enquanto a acumulação socialista primitiva não pode ocorrer dentro do capitalismo. Conseqüentemente, se o socialismo possui sua pré-história, esta só pode ter início depois da conquista do poder pelo proletariado. A nacionalização da grande indústria constitui o primeiro ato de acumulação socialista, quer dizer, um ato que concentra nas mãos do Estado o mínimo de recurso necessário para a organização da direção socialista da indústria. Mas aqui abordamos imediatamente outro aspecto do problema. Ao socializar a grande produção, o Estado proletário, com o simples ato de socializar, transforma de uma só vez o sistema de propriedade dos meios de produção: o Estado proletário adapta o sistema de propriedade a suas próprias ações futuras relacionadas à reconstrução socialista do conjunto da economia. Em outros termos, somente através da revolução a classe operária obtém o que o capitalismo já tinha obtido no interior do feudalismo sem nenhuma revolução [2] ou seja, a instituição da propriedade privada. A acumulação socialista primitiva – enquanto período de formação das premissas materiais da produção socialista no sentido preciso da palavra – só começará com a tomada do poder e a nacionalização.

A acumulação capitalista é uma acumulação que se baseia numa produção econômica e tecnicamente diferente do artesanato. A manufatura capitalista apenas pôde provar sua superioridade sobre o artesanato na medida em que se revelou economicamente superior e na medida em que a divisão do trabalho que ela impunha e as outras vantagens da grande produção sobre a pequena, lhe deram a possibilidade de fabricar uma unidade de produto na manu-

1 *O Capital*, Livro Primeiro, Primeira Parte.
2 Não me refiro aqui às limitações da instituição da propriedade privada durante o período feudal. Fundamentalmente, a propriedade privada já existia apesar destas limitações.

fatura a custos inferiores aos da produção artesanal. Mas a organização da manufatura, a construção de edifícios, os estoques de matérias-primas, as despesas de capital circulante durante o processo de circulação, tudo isso, na ausência do atual sistema de crédito à indústria, exigiu enormes recursos, criados não pela manufatura mas antes dela pela pequena produção, e pilhados, depois, pelo capital comercial. Uma prévia acumulação de capital é necessária num grau ainda mais elevado para o início do funcionamento da grande indústria mecânica. Conseqüentemente, é necessário um longo período de pilhagem da pequena produção para que a produção capitalista *possa* demonstrar sua superioridade técnica e econômica sobre a produção artesanal.

Exatamente da mesma maneira, a acumulação socialista no verdadeiro sentido da palavra, quer dizer, a acumulação com base técnica e econômica socialista, que já tenha desenvolvido todos os traços que *lhe* são característicos e todas *as vantagens que lhe são específicas* só pode começar depois que a economia soviética tenha ultrapassado a etapa da acumulação primitiva. Tal como um mínimo determinado de meios previamente acumulados sob a forma de recursos produtivos materiais é necessário ao funcionamento das manufaturas, e ainda mais das fábricas que utilizam uma técnica mecânica, também é necessário um certo mínimo para que o conjunto da economia estatal possa desenvolver todas suas vantagens econômicas e estabelecer seus novos fundamentos técnicos.

Aqui também reencontramos subitamente uma diferença estrutural extremamente importante entre o capitalismo e o socialismo, à qual voltaremos ao analisar as condições de concorrência entre as formas econômicas socialistas e capitalistas. Para que a manufatura possa provar sua superioridade sobre o artesanato, a organização de numerosas manufaturas não é de modo algum necessária. Uma, duas, cinco manufaturas podem já mostrar suas vantagens com relação ao artesanato e o vencer na luta competitiva. O volume de capital primitivamente acumulado pode, conseqüentemente, ser muito reduzido em comparação com a economia nacional tomada no seu conjunto. Algumas poucas empresas que constituam a vanguarda na frente econômica e que representem a nova economia podem iniciar um movimento de progressão sem que a

transição se realize de modo maciço e simultâneo. Se bem que, de um ponto de vista concreto e histórico, durante o período de desenvolvimento do capital comercial a acumulação primitiva tenha progredido a tal ponto que, no momento da organização das manufaturas não houve grande escassez de capitais disponíveis, todo este processo teve um caráter desorganizado e espontâneo. Este modo de progressão da nova forma foi posteriormente ainda mais facilitado pela exportação de capital. Empresas capitalistas podiam surgir tanto nos países pequeno-burgueses onde não existiam nem as premissas técnicas nem as premissas econômicas do novo modo de produção como também nos países em que tudo isso existia potencialmente, faltando apenas um impulso externo dado pelo capital estrangeiro progressista [1].

Ao contrário, nenhuma acumulação socialista parcial e de reduzida importância é capaz de resolver o problema fundamental da organização socialista da economia. Particularmente, na medida em que se trata da economia da União Soviética; é necessário uma acumulação: 1) que permita à economia estatal atingir a técnica capitalista contemporânea nos lugares onde for impossível a passagem gradual a uma nova base técnica; 2) que torne possível a mudança da base técnica da economia estatal, a organização científica do trabalho, a direção planificada de todo complexo da economia estatal, medidas que não poderão ser adotadas sem a formação de grandes estoques de emergência e reservas planejadas; 3) que garanta o progresso de todo o sistema e não somente de partes isoladas pois a interdependência do movimento do conjunto do sistema torna absolutamente impossível um progresso descoordenado segundo o método da guerrilha capitalista, da iniciativa individual e da concorrência. Consideramos, assim, que o período da acumulação socialista primitiva não somente não termina com a nacionalização daquilo que foi acumulado pelo capital mas, pelo contrário, começa com ela. Este período de acumulação só pode desenvolver-se de-

1 Veremos a seguir que, se a própria estrutura do capitalismo e o método que lhe permite dominar a pequena produção tornam possível a exportação de capital, a forma socialista só pode, difundir-se através da exportação das revoluções proletárias.

pois da conquista do poder pelo proletariado e do primeiro ato de acumulação, isto é, da socialização dos ramos mais importantes da economia. Sendo assim, seria possível e correto falar, em termos gerais, da acumulação socialista primitiva [1] em analogia com a acumulação capitalista primitiva? Esta última começa antes da produção capitalista enquanto a primeira deve ocorrer ao mesmo tempo em que começa a transição para a produção socialista, no mesmo tempo em que ocorre a acumulação no próprio sistema econômico socialista. Pensamos que é possível conservar estes termos no sentido convencionado, embora a acumulação socialista primitiva coincida cronologicamente com a produção socialista e em parte com a acumulação socialista com base na produção, porque a essência econômica deste processo, nas suas relações com a produção socialista, é, apesar de tudo, a mesma que encontramos na acumulação capitalista primitiva em suas relações com a produção capitalista [2]. E mesmo que este termo se revele infeliz, cumpriria substituí-lo por outro pois a realidade material que ele designa não deixa de existir se o termo for deixado de lado. Ao contrário, a distinção entre a acumulação socialista primitiva e acumulação propriamente socialista tem uma importância de princípio considerável. Veremos adiante que esta distinção tem enorme importância para nossa política econômica pois a confusão entre esses dois processos acarreta graves erros no que tange à direção prática da economia soviética.

Por acumulação *socialista* designamos a adição, aos meios de produção em funcionamento, de um sobreproduto que foi criado no interior de uma economia socialista já constituída e que não ser-

1 O termo "acumulação socialista primitiva" pertence a um dos mais eminentes de nossos economistas, o Camarada V. M. Smirnov (de quem infelizmente não temos o hábito de publicar trabalhos teóricos.) * (Não insisto especialmente sobre este termo. Poderia ser substituído por "acumulação socialista prévia" e, efetivamente, utilizando algumas vezes essa expressão como sinônimo para a mesma idéia.) **

* Este trecho entre parênteses consta apenas da edição espanhola. (L. M. R.)

** Este trecho entre parênteses consta apenas da edição inglesa (L. M. R.).

2 Se bem que a acumulação socialista primitiva, com base no capital comercial, preceda a produção capitalista, não se deve esquecer que o período da acumulação primitiva no seu conjunto é abrangido também pelo primeiro período do desenvolvimento da indústria capitalista.

virá para uma repartição suplementar entre os agentes da produção socialista e o Estado socialista mas será empregado na reprodução ampliada. Ao contrário, qualificamos de acumulação *socialista primitiva* a acumulação nas mãos do Estado dos recursos materiais extraídos total ou parcialmente de fontes situadas fora do sistema da economia estatal. Esta acumulação deve desempenhar, num país agrícola atrasado, um papel de grande importância, apressando consideravelmente o começo da reconstrução técnica e científica da economia estatal e o momento em que ela terá, finalmente, a supremacia puramente econômica sobre o capitalismo. É certo também que, durante este período, há uma acumulação que se produz a partir da própria economia estatal. Mas, em primeiro lugar, esta acumulação apresenta também o caráter de uma prévia acumulação de meios com vistas a uma economia autenticamente socialista e está submetida a este objetivo. Em segundo lugar, a acumulação pelo primeiro meio, quer dizer, às expensas do setor não-estatal, predomina manifestamente no transcorrer deste período. Desta maneira, devemos qualificar esta etapa de período de acumulação socialista primitiva ou de acumulação prévia. Este período possui suas características e leis particulares. A lei da acumulação socialista primitiva ou prévia constitui precisamente a lei fundamental da economia soviética que atravessa atualmente essa etapa. Todos os processos fundamentais da vida econômica no âmbito da economia estatal estão subordinados a essa lei. Ela modifica e faz desaparecer parcialmente a lei do valor e todas as leis da economia mercantil e mercantil-capitalista na medida em que estas últimas se manifestam e podem aparecer em nosso sistema econômico. Conseqüentemente, *não só podemos falar de acumulação socialista primitiva como nada podemos compreender da essência da economia soviética se não compreendermos o papel central desempenhado pela lei de acumulação socialista primitiva que determina – em sua luta com a lei do valor – a divisão das forças de trabalho e a importância da alienação do sobreproduto do país em benefício da reprodução socialista ampliada.*

Vejamos de modo sistemático os métodos fundamentais da acumulação capitalista primitiva e comparemo-los, na medida do possível, com os métodos e processos análogos, ou próximos, da acumulação socialista primitiva. Podemos tomar, para fins de com-

paração, não somente o período que precedeu a produção capitalista mas também a época dos primeiros passos da produção capitalista pois a acumulação primitiva, enquanto acumulação fora do círculo de produção capitalista, continuou também depois do nascimento das empresas capitalistas sob as mais diversas formas.

Comecemos pela pilhagem das formas econômicas não capitalistas. Na realidade, todo o período de existência do capital comercial – a partir do momento em que o trabalho do artesão para uma freguesia e para um mercado local foi substituído pelo trabalho destinado a mercados afastados e o intermediário tornou-se um agente necessário da produção – pode ser considerado como um período de acumulação primitiva, como um período de pilhagem sistemática da pequena produção.

Outra forma de pilhagem, que teve grande importância, foi a política colonial dos países que participavam do comércio mundial. Pelo momento não consideraremos a pilhagem ligada às trocas de uma menor quantidade de trabalho contra uma quantidade superior num intercâmbio comercial "normal". Trataremos apenas da pilhagem sob a forma de imposto sobre os indígenas, da expropriação de seus bens, de seu gado, de suas terras e de suas reservas de metal precioso, da transformação dos vencidos em escravos e dos mais variados modos de engodo. É aqui também que se encontra todos os métodos de coerção e de pilhagem da população camponesa das metrópoles. A pilhagem da pequena produção camponesa em benefício da acumulação primitiva adquiriu as mais variadas formas. As famosas *enclosures*, às quais Marx consagrou páginas tão brilhantes no Primeiro Livro de *O Capital*, não foram um método típico de acumulação primitiva para todos os países. Os métodos mais típicos foram: de um lado, a pilhagem dos servos pelos senhores e a partilha do botim com o capital comercial e de outro lado, os impostos aplicados pelo Estado sobre o campesinato, com a transferência de parte dos recursos obtidos ao capital.

Quando a economia senhorial começou a se transformar de economia puramente natural em economia baseada no dinheiro, ou seminatural, quando os proprietários de terras, em razão da extensão do comércio e do desenvolvimento de suas necessidades, se sen-

tiram estimulados a reforçar as exações sobre os camponeses, eles entraram inconscientemente num determinado tipo de cooperação com o capital comercial. Tudo o que foi pilhado do campo, excluindo-se o que foi localmente consumido, era vendido aos mercadores. Por sua vez, estes forneciam aos latifundiários os produtos das cidades ou do exterior que serviam para satisfazer suas crescentes e mais refinadas necessidades. O capital comercial vendia estes produtos com um lucro de cem por cento, ou mais. Em seguida, a porcentagens usurárias, ele emprestava dinheiro aos nobres arruinados. Num certo sentido, os senhores feudais apareciam, portanto, nesta época, como agentes do capital comercial, como uma máquina de colocar a pequena produção camponesa em proveito da acumulação capitalista primitiva. Com relação ao Terceiro-Estado, os proprietários feudais, embora continuassem a ser, do ponto de vista jurídico, a "classe superior", cooperavam economicamente com os mercadores, os quais tiveram não o maior mas o menor papel na expropriação dos camponeses.

Outra forma de pilhagem da pequena produção era constituída pelos impostos estatais. A partir de seus recursos fiscais, os Estados absolutistas encorajavam o desenvolvimento das manufaturas, concediam subvenções aos comerciantes que se tornavam industriais ou aos nobres que se transformavam em fabricantes. Este apoio era sobretudo concedido às manufaturas que asseguravam, de algum modo, o equipamento do Exército: fábricas de tecidos, de armamento, estabelecimentos metalúrgicos, etc. Mas semelhante canalização dos recursos da pequena produção agrícola para a grande indústria e particularmente para a indústria pesada, através do aparelho estatal, se realiza igualmente num período bem mais posterior.

A respeito do papel do Estado e particularmente a respeito do papel da violência do Estado durante o período da acumulação primitiva, Marx escreveu o seguinte: "Estes métodos, como por exemplo, o sistema colonial, apóiam-se em importante medida na força bruta. Mas todas utilizam o poder do Estado, quer dizer, a coerção organizada e concentrada da sociedade para apressar artificialmente o processo de transformação do modo feudal em modo capitalista de produção e para abreviar as etapas de transição deste processo. A violência aparece como a parteira de toda a velha sociedade

quando esta contém em seu ventre uma nova sociedade. A violência, ela mesma, é uma força econômica" [1].

Esta violência desempenhou também um papel considerável quando da formação dos Estados nacionais enquanto campo de atividade do capital comercial. Lembremos somente a análise de classe, profunda e plena de verdade histórica, à qual M. N. Pokrovsky submete a política dos czares moscovitas, a fim de fazer reviver, em nossa memória, estas páginas extraídas do período estudado. A conquista do território necessário, as vias comerciais, etc., não passam de um elo na corrente da acumulação capitalista primitiva pois, sem acumulação das premissas territoriais necessárias, a extensão do capital comercial e sua passagem ao capital industrial não poderia se realizar com êxito. Deste ponto de vista, o camponês pagava seu tributo ao deus Moloch da acumulação primitiva não somente quando remetia, por intermédio do senhor, uma parte de seu foro ao comerciante e, por intermédio do Estado, uma parte da talha ao fabricante mas igualmente quando a vida de seus filhos era sacrificada na construção de novas vias comerciais e para a conquista de novas regiões.

Os empréstimos estatais desempenharam um papel importante no processo de acumulação primitiva. Graças a eles, efetuou-se a transferência, sob forma de juros, de uma parte da renda anual dos pequenos produtores para as mãos dos credores capitalistas do Estado que efetuou o empréstimo. Escreve Marx: "A dívida pública torna-se uma das mais poderosas alavancas da acumulação primitiva. Como um passe de mágica, ela transforma o dinheiro improdutivo em força produtiva, transformando-o, assim; em capital, afastando toda necessidade de submetê-lo aos perigos e às dificuldades indissoluvelmente ligadas à aplicação do dinheiro na indústria e mesmo nas operações particulares de usura. Os credores do Estado, na realidade, nada arriscam pois as somas que eles emprestam são transformadas em títulos de dívida pública, facilmente conversíveis e funcionando como dinheiro líquido. Porém, mesmo deixando de lado a classe dos usurários ociosos e o enriquecimento deliberado dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a

1 *O Capital*, Livro I. Primeira Parte.

nação e também os que arrendam os impostos, os mercadores e os fabricantes privados em cujas mãos retorna, como um capital caído do céu, uma boa parcela de todo empréstimo do Estado, a dívida pública veio dar impulso também às sociedades por ações, ao comércio de valores de toda espécie, à especulação desenfreada, à agiotagem, numa palavra, ao jogo da Bolsa, à moderna bancocracia" [1].

Detenhamo-nos um pouco sobre os métodos de acumulação primitiva que acabamos de enumerar, baseados principalmente na pilhagem da pequena produção e na pressão extra-econômica que esta sofre, e examinemos o que se passa durante o período de acumulação socialista primitiva.

No que concerne à pilhagem colonial, o Estado socialista que aplica uma política de igualdade de direitos das nacionalidades e de sua entrada voluntária em alguma forma de associação de nações, rejeita por princípio todos os métodos da violência capitalista. Esta fonte de acumulação primitiva lhe está fechada desde o início e para sempre.

Porém, a questão é diferente no que diz respeito à alienação em proveito do socialismo, de uma parte do sobreproduto de todas as formas econômicas pré-socialistas. A taxação das formas não-socialistas não só deve ocorrer inevitavelmente durante o período de acumulação socialista primitiva como deve inevitavelmente adquirir um imenso papel, diretamente decisivo nos países agrícolas, como a União Soviética. Devemos nos deter neste ponto de modo mais pormenorizado.

Vimos anteriormente que a produção capitalista podia começar a funcionar, e depois a se desenvolver, apoiando-se somente sobre recursos extraídos da pequena produção. A transição do sistema pequeno-burguês ao sistema capitalista de produção não teria podido realizar-se sem a prévia acumulação realizada em detrimento da pequena produção e posteriormente teria marchado muito lentamente se uma acumulação adicional, às custas da pequena produção, não tivesse acompanhado a acumulação capitalista efetuada mediante a exploração da força de trabalho do proletariado.

1 *O Capital*, Livro I, Primeira Parte.

A própria transição supõe, enquanto sistema, uma troca de valores entre a grande e a pequena produção, durante a qual a última dá mais do que recebe. Durante o período da acumulação socialista primitiva a economia estatal não pode prescindir da apropriação de uma parte do sobreproduto do campo e do artesanato e, também não pode deixar de subtrair da acumulação capitalista em proveito da acumulação socialista. Não sabemos em que grau de ruína sairão da guerra civil os outros países nos quais triunfará a ditadura do proletariado. Mas um país como a URSS, com sua economia arruinada e, de modo geral, muito atrasada, deverá atravessar seu período de acumulação primitiva recorrendo amplamente às fontes das formas econômicas pré-socialistas. Cumpre não esquecer que o período de acumulação socialista primitiva é o período mais crítico da vida de um Estado socialista após o término da guerra civil. Durante esse período, o sistema socialista não está ainda em condições de desenvolver todas as vantagens que lhe são organicamente inerentes, mas, ao mesmo tempo, ele destrói inevitavelmente uma série de vantagens econômicas próprias a um sistema capitalista evoluído. Percorrer mais rapidamente este período, atingir mais depressa o momento em que o sistema socialista desenvolverá todas suas vantagens naturais sobre o capitalismo é uma questão de vida ou morte para o Estado socialista. De qualquer modo, é assim que se coloca hoje o problema para a URSS e que talvez venha a se colocar para uma série de países europeus em que o proletariado vencer. Nestas condições, contar apenas com a acumulação no interior do sistema socialista equivale a arriscar a própria existência da economia socialista ou prolongar infinitamente o período da acumulação prévia, o que aliás não depende da boa vontade do proletariado. Na parte concreta desde livro, que será consagrado à indústria e agricultura da URSS, apresentaremos alguns cálculos numéricos concernentes ao longo período que deveremos esperar a recuperação da indústria soviética, mesmo em seu nível de ante-guerra, se apoiarmo-nos apenas no sobreproduto da própria indústria. Em todo caso, a idéia de que a economia socialista pode se desenvolver sozinha, sem utilizar os recursos da economia pequeno-burguesa e em particular da economia camponesa, aparece indiscutivelmente como uma utopia pequeno-burguesa reacionária. A tarefa do Estado socialista não consiste em tirar dos produtores pequeno-

burgueses menos que o capitalismo tirava mas tirar mais de uma renda *ainda mais elevada* que será assegurada ao pequeno produtor através da racionalização de toda a economia, incluindo a pequena produção, através da industrialização do país e intensificação da agricultura.

Outra fonte de acumulação socialista pode ser a taxação do lucro capitalista privado, quer dizer, através de deduções sistemáticas da acumulação capitalista. A natureza deste gênero de recurso pode ser diversa mas, evidentemente, trata-se também, no final das contas, de uma acumulação às expensas do trabalho dos operários, por um lado, e dos camponeses, por outro. Quando o Estado aplica fortes impostos sobre as empresas capitalistas privadas, ele faz retornar ao fundo da acumulação socialista uma parte da mais-valia que teria recebido, permanecendo todos os demais fatores constantes, sob a forma de sobreproduto se ele próprio fosse proprietário das empresas consideradas. Os capitalistas desempenham aqui, em relação ao Estado socialista, o papel que desempenhavam os proprietários feudais em relação ao cavaleiros da acumulação primitiva. Exatamente do mesmo modo, a taxação da classe dos *kulaks* rurais que exploram trabalho assalariado implica, no final das contas, uma acumulação às custas do trabalho dos assalariados agrícolas. Ao contrário, na medida em que o Estado socialista taxa os comerciantes, os especuladores, os capitalistas e os *kulaks* cujas rendas são parcialmente obtidas do campesinato que trabalham a terra de *modo independente*, temos uma acumulação às custas do trabalho dos camponeses, diante da qual, como antes, os personagens indicados representarão, de um lado, acumuladores da acumulação capitalista e, de outro, uma instância intermediária do processo da acumulação socialista [1].

No que concerne aos empréstimos estatais, que serviram de canal extremamente importante da acumulação capitalista primitiva, seu papel é diferente no período da acumulação socialista. Cumpre distinguir aqui dois sistemas de empréstimos, diferentes nos seus

1 Mais abaixo, quando isto ficar claro no contexto, para maior concisão, falarei de acumulação socialista no lugar de acumulação socialista primitiva.

princípios. Nossos empréstimos semicompulsórios pertencem mais exatamente ao sistema de acumulação mediante procedimentos fiscais, quer dizer, acumulação por métodos de pressão extra-econômica. Ocorre diferentemente nas operações de crédito do tipo dos empréstimos normais existentes em regime burguês. Tais empréstimos – digamos, empréstimos por trinta anos, a 7%, junto a capitalistas ingleses – não podem ser diretamente classificados entre as fontes de acumulação socialistas porque o Estado soviético pagará os juros do empréstimo com suas rendas e, deste modo, funcionará como uma instância intermediária na acumulação e na exploração capitalista das massas trabalhadoras da URSS pela burguesia estrangeira. Mas, de outro lado, estes empréstimos podem constituir forte estímulo para a acumulação socialista trazendo, finalmente, para o fundo de acumulação socialista um juro mais forte do que ao fundo da acumulação capitalista. Falaremos deste tipo de empréstimo, sob outro ângulo quando da análise da significação econômica destes empréstimos e das concessões * estrangeiras num sistema econômico mercantil-socialista.

Antes de passar às formas da acumulação primitiva sobre uma base econômica, devemos mencionar ainda uma fonte de renda do Estado e, conseqüentemente, no sistema soviético, uma fonte de acumulação primitiva, que seria mais correto incluir entre os impostos mas que, na aparência e formalmente, a literatura econômica teórica não o faz. Refiro-me à emissão de papel-moeda. Nos meus trabalhos intitulados *O Papel-Moeda na Época da Ditadura do Proletariado* e *As Causas da Queda de Nosso Rublo*, mostrei que a emissão constitui uma das formas de imposto num sistema de moeda em processo de depreciação. Basta constatar aqui que a emissão aparece igualmente como um dos métodos de acumulação primitiva. No que concerne ao período correspondente na história do sistema econômico burguês, a emissão não desempenhava o papel do fator auxiliar da acumulação capitalista. A deterioração da moeda que praticavam os príncipes feudais e os czares, a colocação em circulação de papel-moeda durante o período seguinte, representavam impostos estatais sobre toda a população e, inclusive e parcialmente, sobre os capitais monetários da burguesia. Mas quando o Estado é simultaneamente o órgão que dirige o país e o proprietário de um vasto complexo econômico, a emissão serve diretamente de canal de acumulação socialista. Esta acumulação se opera tanto às custas das rendas dos pequeno-burgueses e capitalistas como pela redução do salário dos operários e dos funcionários do Estado. Percebe-se a que ponto esta fonte é importante pelo fato de que, desde a organização do poder soviético até a introdução definitiva de uma moeda estável, a renda da emissão, inclusive as perdas do próprio Estado, atingiam a soma de aproximadamente 1.800 milhões de rublo-ouro. A emissão desempenhou também para o poder soviético da Hungria – durante seus quatro meses de existência – o papel de um recurso financeiro dos mais importantes.

Passemos agora aos métodos de acumulação primitiva que conduzem à acumulação de capital por vias econômicas. Cumpre distinguir aqui a acumulação realizada na própria produção, às custas da mais-valia do proletariado empregado nas empresas e, de outro, a troca de uma menor quantidade de trabalho de um sistema econômico ou de um país contra uma quantidade superior de trabalho de outro sistema econômico ou país.

Examinemos de início, como fizemos anteriormente, os métodos de acumulação primitiva por meios econômicos durante o período do modo capitalista de produção.

Comecemos pela nossa segunda subdivisão, quer dizer, pelo que chamamos atualmente de nossa política de preços. Encontramos, a este respeito, no Terceiro Livro de *O Capital*, uma passagem extremamente interessante que tem sido insuficientemente utilizada na literatura econômica marxista para a análise teórica tanto da ex-

* *Concessão*: um dos elementos que, segundo Lênin, constituíam o capitalismo estatal soviético durante a NEP. Consistia num contrato pelo qual o governo soviético concedia a um capitalista, de preferência estrangeiro, a permissão para explorar, de modo capitalista, certas atividades econômicas, geralmente extrativas (minas, bosques). "O capitalismo estatal na forma de concessões – dizia Lênin – constitui a forma mais simples, precisa, clara e exatamente delineada, em comparação com outra forma de capitalismo estatal dentro do sistema soviético. Temos aqui um contrato formal, escrito com o capitalismo mais culto e adiantado da Europa Ocidental. Conhecemos exatamente nossos lucros e perdas, nossos direitos e deveres; sabemos com exatidão o prazo pelo qual fazemos a concessão; conhecemos as condições do resgate anterior ao prazo, se é que o contrato prevê esse direito". Lênin, *Imposto em Espécie*, abril de 1921, vol. 32 da edição em inglês das *Obras Completas*, Progress Publishers, Moscou, 1965, p. 345. (L.M.R.).

ploração colonial como da exploração que o capitalismo fez das formas pré-capitalistas da produção em geral.

"O país mais favorecido recebe, quando das trocas, uma quantidade maior de trabalho contra uma menor quantidade, se bem que uma classe determinada se apropria desta diferença, deste excedente, como ocorre, de modo geral, nas trocas entre capital e trabalho. Conseqüentemente, na medida em que a taxa de lucro é mais elevada – como acontece geralmente num país colonial – isto pode marchar paralelamente, em condições naturais favoráveis, com um baixo preço das mercadorias" [1].

Se consideramos qualquer país capitalista europeu, a Inglaterra por exemplo, e tomamos, por outro lado, o conjunto de suas colônias ou dos países semicoloniais ligados à Inglaterra por relações comerciais, podemos sempre verificar, analisando-se o valor que a Inglaterra exporta para suas colônias e o que ela importa, a desigualdade dos custos do valor trabalho na massa de mercadorias trocadas enquanto equivalentes. O exemplo mais patente e mais grosseiro deste fenômeno pode ser visto na troca de enfeites de ouro de um selvagem contra uma peça de tecido vermelho trazida da Europa por um mercador. Mas, mesmo em caso de comércio "normal" com as colônias, o fenômeno notado por Marx continua a existir, pois um país tecnicamente pouco evoluído gasta em média, por unidade de mercadoria, mais trabalho do que um país de nível técnico mais elevado. Isto se relaciona com o nível de vida mais baixo da população trabalhadora e, particularmente, com o nível de vida e de salários mais baixo dos operários das colônias ou dos países economicamente atrasados. No caso de uma técnica equivalente, uma empresa do mesmo ramo nas colônias terá um lucro superior em comparação com uma empresa análoga na metrópole. Isto é constantemente observado, permanecendo todos os demais fatores constantes, e só acontece porque – com base na lei do valor que assegura a relação dos preços num dado país – o valor e o preço da força de trabalho é mais baixo nas colônias do que na metrópole.

1 *O Capital*, Livro III, Primeira Parte.

Conseqüentemente, o país com técnica mais evoluída, com salários mais elevados e ao mesmo tempo com preços mais baixos, encontra-se em condições de troca mais favoráveis do que o país com baixo nível tecnológico, baixos salários e preços mais elevados. Nas colônias, o lucro mais elevado sobre o capital investido baseia-se no aproveitamento desta diferença fundamental entre a situação das colônias e das metrópoles.

Deste ponto de vista, o lucro suplementar sobre o capital investido nas colônias é, na realidade, um lucro que aparece quando da passagem de um sistema técnico a outro, de um sistema econômico a outro de nível mais elevado. Em princípio, este lucro em nada se distingue do lucro suplementar que recebe o capitalista que introduz pela primeira vez, numa dada linha de produção, uma máquina que reduz subitamente os custos de produção. Mas, considerando que o capital é, de modo geral, um movimento, considerando que a passagem de um sistema técnico a outro, de certas formações econômicas a outras (por exemplo, das formas pré-capitalistas às formas capitalistas) não se interrompe jamais, a exploração desta passagem "por uma dada classe" não é uma coisa fortuita mas um fenômeno permanente no decurso de todo o período de desenvolvimento capitalista. Este imposto, que a classe capitalista impõe ao desenvolvimento econômico da sociedade, é pago tanto pelos produtores pequeno-burgueses da metrópole como pelos países coloniais e semicoloniais considerados no conjunto de sua economia.

No presente caso, somente nos interessa o período do começo do desenvolvimento capitalista. Este período tem peculiaridades que o aproxima um pouco do período do capitalismo monopolista. É necessário distinguir três períodos na história da exploração econômica que o capitalismo efetuou das formas pré-capitalistas. Houve um período de juventude do capitalismo, teoricamente de livre-concorrência mas, *de facto*, de monopólio pois as primeiras empresas criadas pelo capital tiravam vantagem do nível dos preços estabelecidos com base na produção artesanal, inteiramente incapaz de enfrentar uma ampla concorrência. Os grandes capitais, e as empresas capitalistas eram, *ipso facto*, um monopólio em mãos de poucas pessoas. Acontecia o mesmo com o capitalismo comercial na medida em que a falta de capitais, a magnitude do risco e conseqüentemente dos gastos com seguros e finalmente, a existência de organi-

zações monopolistas do comércio exterior que tinham surgido nestas condições (como a Companhia das Índias Orientais), faziam igualmente da exploração colonial baseada nas trocas um monopólio de um grupo muito pequeno de capitalistas. Este período foi seguido de um período de livre concorrência. Ela não suprimiu esta forma de exploração da pequena produção nem os métodos de acumulação aos quais nos referimos mas determinou seus limites, nas condições de um determinado equilíbrio. O terceiro período, enfim, é o do capitalismo monopolista. Durante este período, graças à criação de um sistema de organismos capitalistas nacionais protegidos da concorrência estrangeira por barreiras alfandegárias, amplia-se novamente a exploração dos pequenos produtores de cada país realizada através dos preços de monopólio dos trustes. Esta exploração volta a ser, como no período da acumulação primitiva, o privilégio de um pequeno grupo de tubarões capitalistas. No que concerne à correspondente exploração das colônias, observa-se aqui, de um lado, a tendência de cada grande potência capitalista colonial a estender às colônias a monopolização do mercado interno e a defender este direito pelas armas. Por outro lado, graças à exportação de capital das colônias, o lucro suplementar proveniente das colônias adquire cada vez mais a forma de superlucro obtido por empresas que possuem o mesmo nível técnico mas cujo nível de salários é mais baixo. Esta progressiva substituição de uma forma de exploração por outra conduz, concomitantemente, a um dado nivelamento das condições da economia colonial com relação à das metrópoles. Este fato reforça precisamente a tendência dos diferentes capitalismos a reservar para si o mercado interno dos seus países, que deve fornecer, mediante uma acumulação reforçada, o que foi perdido em razão do desenvolvimento das indústrias nas colônias.

Voltaremos mais adiante à questão do enorme papel que desempenha a compreensão da lei de acumulação socialista o fato de o socialismo historicamente surgir do capitalismo monopolista e não do capitalismo de livre concorrência. Basta notar que a acumulação capitalista primitiva estava baseada não somente sobre a exploração da pequena produção através de impostos, não somente sobre sua exploração feudal que constituía apenas um grau da acumulação capitalista mas também esteve mascarada por um sistema

de trocas no mercado de quase-equivalentes, atrás da qual se escondia a troca de uma menor quantidade de trabalho contra outra maior. Neste caso, o camponês e o artesão eram explorados pelo capital aproximadamente da mesma maneira como os operários que só recebem – sob a forma de salário, de preço de sua força de trabalho no mercado – uma parte do produto seguidamente recriado por seu trabalho.

Após esta incursão histórica no domínio da acumulação capitalista primitiva, passemos à análise dos momentos correspondentes do período da acumulação socialista primitiva.

A diferença com o período da acumulação capitalista primitiva reside, em primeiro lugar, no fato de que acumulação socialista deve realizar-se não somente às custas do sobreproduto da pequena produção mas também às custas da mais-valia das formas capitalistas de produção. Em segundo lugar, a diferença, aqui, é determinada pelo fato de que a economia estatal do proletariado surge historicamente após o capitalismo monopolista e dispõe, conseqüentemente de meios de regulação de toda a economia e dos métodos de redistribuição da renda nacional que não existiam na aurora do desenvolvimento do capitalismo.

Comecemos pelas tarifas das estradas de ferro. Esta poderosa alavanca de regulação da economia, que se encontra inteiramente em mãos do Estado soviético, é muito pouco utilizada em benefício dessa regulação e inteiramente posta de lado como instrumento da acumulação socialista primitiva. O sistema de tarifas privilegiadas para certas cargas (carvão, petróleo, sal) aparece aqui antes como um meio de redistribuição dos recursos do Estado do que como uma taxação indireta do setor não socialista da economia. Do mesmo modo, até agora é mínima a importância desses privilégios pouco numerosos de que gozam as empresas estatais e as cooperativas comparadas com o setor privado. A utilização desta alavanca de acumulação primitiva é ainda inteiramente algo para o futuro. Somente quando os transportes tornarem-se rentáveis em lugar de deficitários – com o estabelecimento de tarifas de estradas de ferro apropriadas baseadas na diferenciação entre as mercadorias do Estado e as do setor privado – será possível realizar a taxação sistemá-

tica dos produtores privados e dos negociantes, possibilitando assim, a apropriação de uma parte do lucro privado. É inútil demonstrar que tudo isso significaria um desses golpes desferidos contra a lei do valor que fazem da economia do período de acumulação socialista uma época de modificação e de limitação progressiva e, em parte, de liquidação desta lei [1].

Uma segunda e poderosa alavanca da acumulação primitiva é o monopólio do sistema bancário. Durante o período da acumulação capitalista primitiva, o crédito usurário aparecia como um meio de redistribuição da renda nacional das mãos dos senhores feudais para as da burguesia que nascia e se reforçava.

O crédito como instrumento de mobilização de recursos disponíveis da sociedade e de sua distribuição através da reprodução ampliada, não existia então, ou existia apenas em forma embrionária. Ao contrário, durante o período da acumulação socialista prévia, que a economia da União Soviética atravessa atualmente, quer dizer, durante os primeiros estágios deste período, o sistema de crédito estatal age mais a nível da distribuição de recursos disponíveis do país do que no da redistribuição da renda nacional. Isto pode parecer inexato na medida em que os juros recebidos pelos bancos sobre os empréstimos (excetuando-se o período em que a moeda depreciava-se rapidamente) parecem muito elevados com relação às condições capitalistas normais, enquanto as operações de depósito são muito reduzidas. Mas não devemos esquecer um só instante esta fonte econômica real que torna possível a emissão de *chervónets* * e as operações de empréstimos bancários a partir das fontes

1 Refiro-me aqui, como em toda a continuação da exposição, à lei do valor enquanto regulador espontâneo do sistema mercantil e mercantil-capitalista de produção, isto é, à *forma* historicamente transitória que a regulação da economia através dos custos de trabalho assumiu numa sociedade baseada nas trocas. Não falo desta regulação em *si mesma*. Semelhante regulação existirá também na economia planificada mas ela se realizará por outras vias, isto é, com base nos cálculos diretos de tempo de trabalho.

* *Chervonets (Pl.: chervontsi)* – Nota bancária valendo dez rublos, lançada pelo governo soviético em novembro de 1922 para substituir o rublo, já sem nenhum valor após o colapso dos anos do Comunismo de Guerra. Entretanto, alguns anos depois, os rublos voltaram a circular. O *Chervonets* era uma moeda de ouro cunhada na Rússia czarista desde o século XVIII (L.M.R.).

desta emissão. Se o banco coloca em circulação 60 milhões de *chervontsi* sem variação na taxa de câmbio, isto significa economicamente que, de um modo ou de outro, mercadorias no valor desta quantia, foram colocadas à disposição do Gosbank * em diferentes períodos. Se observamos que este "empréstimo sobre a circulação" se divide entre a economia estatal e a economia privada – supondo-se que esta divisão ocorra de modo proporcional à contribuição de uma e de outra no volume das trocas monetárias e que os recursos deste empréstimo destinem-se quase exclusivamente ao financiamento da indústria e do comércio estatais e das cooperativas – estaremos diante de uma rápida evolução do processo de acumulação socialista. Uma análise teórica e numérica pormenorizada deste processo, assim como da ação de todo o sistema de crédito sobre a economia do país, será feita num capítulo especial do segundo tomo.

No que concerne ao problema da redistribuição da *renda nacional* através do sistema de crédito, a tarefa principal ainda está para o futuro. Se o Gosbank impõe juros elevados às empresas estatais que recebem empréstimos a longo e a curto prazo, não teremos um processo de acumulação no setor estatal mas principalmente um processo de distribuição de recursos no interior do setor estatal. Uma redistribuição em favor do setor socialista dos recursos da economia privada só poderá operar diretamente quando os recursos da economia privada, acumulados no sistema bancário sob forma de depósitos, retornem à economia privada com juros mais elevados, destinando-se ao fundo da acumulação socialista a diferença entre a soma global do que é pago pelo banco para os depósitos e o que ele recebe sob a forma de juros pelos empréstimos e outras formas de remuneração de seus serviços. A mesma coisa acontecerá se os recursos do Estado forem emprestados a juros mediante a concessão de créditos à economia privada. Entretanto, esta última operação, numa situação de escassez geral de capitais no país e principalmente no setor estatal, embora permanecendo formalmente uma fonte de acumulação, é manifestamente desvantajosa atualmente

* *Gosbank* – Banco do Estado (L.M.R.)

porque ela se torna claramente, no presente estágio, um instrumento da acumulação capitalista às custas do crédito estatal. Esta operação só pode realizar-se em detrimento da operação mais vantajosa da concessão de crédito às empresas estatais pois a concessão de crédito a essas empresas estatais garante não somente o juro pago ao banco mas também a acumulação de capital nas empresas do Estado com base na produção. Nessas condições, a concessão de créditos ao comércio e à indústria privada, que pode dar um juro anual de 10% ao banco, é menos vantajosa do que a concessão de crédito à indústria estatal. Esta pode pagar ao banco, digamos 8% de juros, mas receber de volta, através do processo produtivo, 15% do excedente sobre o capital que recebeu emprestado. Neste caso, é mais vantajoso para o Gosbank, enquanto banco, fornecer crédito à indústria e ao comércio privado, enquanto – do ponto de vista de todo o complexo econômico estatal, e do ponto de vista da acumulação socialista no seu conjunto, e não apenas do setor do Gosbank – esta operação seria manifestamente deficitária. Assim se explica o fato que, atualmente, o Gosbank quase não financie o comércio e a indústria privada, embora estes estejam dispostos a pagar mais do que as empresas estatais, reservando para estas últimas quase todos seus recursos. Do ponto de vista da acumulação socialista, tal política aparece como a única correta.

Porém, no futuro, quanto a esse aspecto, a situação deve modificar-se. Pode chegar um momento em que a concessão de crédito à economia privada se torne um dos instrumentos mais importantes da redistribuição da renda nacional no interesse da economia estatal, e um dos mais importantes meios de submeter a economia privada aos centros reguladores da economia estatal. O sistema de crédito da União Soviética pode desempenhar, aqui, um papel particularmente importante quando do desenvolvimento do crédito agrícola a longo prazo, notadamente se conseguirmos obter empréstimos importantes no Exterior e se o Gosbank ficar como o distribuidor desses empréstimos mediante a transferência dos recursos externos para os organismos econômicos soviéticos.

Vemos, assim, depois do que foi dito, que toda nossa política de crédito está atualmente submetida, e não pode deixar de estar, à lei da acumulação socialista primitiva.

Passemos agora ao comércio interno e externo. Durante o período da acumulação capitalista primitiva, os dois tipos de comércio apareciam como um instrumento desta acumulação. Historicamente, a primeira forma de exploração é a da pequena produção artesanal pelo capital comercial. Este tipo de exploração, através do comércio e a execução de certas funções produtivas (fornecimento aos artesãos de matérias-primas a crédito, etc.), nada tem de comum com o comércio dos produtos fabricados pelos operários nas empresas capitalistas. Com efeito, no primeiro caso, o negociante e o intermediário, que desembolsam cem unidades para a compra de mercadorias produzidas artesanalmente e obtêm, por elas, 150 sob pretexto de cobrir os gastos de transporte, etc., recebem 50 unidades provenientes da *renda do produtor*. A situação é diferente quando o capital comercial opera com mercadorias da produção capitalista. O lucro comercial médio é apenas uma subtração da mais-valia criada no processo de produção capitalista. Neste caso, um lucro extra do negociante, que não se origina da produção capitalista, não pode ser obtido senão quando das trocas do sistema capitalista com um meio não-capitalista, e às custas deste último. Este lucro extra pode surgir especialmente na ausência de uma adequada concorrência e, sobretudo, em condições especialmente favoráveis para determinados grupos que detêm o capital comercial, quando o próprio comércio (em conseqüência, por exemplo, de uma grande escassez de capitais no país) constitui uma espécie de capital destes grupos.

Quando o desenvolvimento da circulação das mercadorias de um país, no qual o papel principal pertence aos produtos da produção pequeno-burguesa, efetua-se mais rapidamente do que o desenvolvimento da rede comercial e mais rapidamente do que o processo de acumulação do capital comercial, este último pode intensificar a exploração dos produtores não capitalistas num grau superior ao que conseguiria realizar numa situação em que existisse um excedente de capital comercial e uma concorrência satisfatória. Para o período de acumulação primitiva, com seu monopólio de fato tanto do capital comercial quanto do jovem capital industrial, não tem sentido colocar a questão teórica de saber se convém considerar este lucro extra, que cai nos bolsos do capital comercial nesta situa-

ção de monopólio, como um lucro do capital produtivo, que só se realiza no comércio, ou como um lucro do capital comercial especificamente, na medida em que se trata aqui da pilhagem de pequenos produtores e não de operários. É necessário distinguir estritamente este tipo de lucro do lucro normal do capital comercial numa sociedade capitalista evoluída, tanto mais que, numa empresa real, os dois tipos estão confundidos e nenhuma contabilidade os diferencia. Entretanto, a distinção entre um e outro tem uma enorme importância pois se trata efetivamente de duas fontes completamente diferenciadas deste lucro, e portanto de uma troca de material entre dois sistemas econômicos diferenciados, fato que se reveste de grande importância teórica quando da análise das fontes de acumulação socialista primitiva.

Passemos agora às trocas e particularmente ao comércio interno no sistema soviético. Devemos distinguir aqui: 1) as trocas no próprio interior do setor da economia estatal; 2) as trocas no interior da economia privada; 3) as trocas entre o setor da economia estatal e a economia privada.

No que concerne à primeira subdivisão, nela não pode existir nenhuma tarefa positiva para a acumulação socialista. A economia das trocas reduz-se aqui ao intercâmbio econômico, à redução dos custos do processo de circulação. Estes custos representam diretamente uma diminuição do sobreproduto da economia estatal e, no caso em que intermediários privados participam das trocas entre empresas estatais, eles constituem não somente uma diminuição do fundo de acumulação socialista mas também uma contribuição ao fundo da acumulação capitalista "secundária". Do mesmo modo como os deuses de Epicuro aninhavam-se nos poros do Universo, também os intermediários privados, no primeiro período de formação dos trustes estatais no mercado livre esforçaram-se por instalar-se nos interstícios e fissuras que separam as empresas estatais entre si e aí coletar os "custos de circulação". A racionalização do comércio estatal implica a eliminação sistemática do setor estatal dessas sanguessugas da acumulação capitalista e conduz não somente à redução dos custos do setor estatal mas também à organização da circulação através de recursos deste mesmo setor.

No que concerne à segunda subdivisão, isto é, às trocas no interior da economia privada, ao contrário do que ocorre na segunda,

é possível a acumulação socialista. Já falamos do método extra-econômico de acumulação a partir desta fonte, quer dizer, dos impostos sobre o comércio de produtos provenientes da economia privada. Uma acumulação de outro tipo, quer dizer, com base no intercâmbio comercial, não somente é possível mas já se realiza parcialmente e, sem dúvida, deverá aumentar [1]. Um exemplo deste gênero de acumulação é encontrado nas compras de trigo e de produtos alimentares dos camponeses pelo *Khleboprodukt* * e sua revenda aos consumidores privados nos mercados urbanos. O lucro comercial assim obtido significa, na verdade, diminuição na renda dos produtores que vendem suas mercadorias a organismos estatais. Quando os organismos do comércio estatal e cooperativo distribuem, junto aos consumidores privados, a produção não somente dos camponeses mas também dos artesãos e dos empresários privados, obtendo com isso um lucro, esta parte do comércio estatal e cooperativo constitui uma fonte da acumulação socialista que estamos examinando. A luta do comércio estatal e cooperativo com o comércio privado neste setor das trocas tem objetivos que, do ponto de vista da acumulação socialista, não são negativos mas positivos. Ocorre neste caso (infelizmente, até o momento em pequena escala) uma transferência da acumulação proveniente do fundo de um dos sistemas em proveito de outro. O que será retirado do comércio privado, se todos os demais fatores permanecerem constantes, será adquirido pelo fundo da economia estatal. Digo "se todos os demais fatores permanecerem constantes" porque é possível desenvolver, neste caso, uma política comercial não no interesse da acumulação socialista mas no interesse dos produtores pequeno-burgueses, política que teria como objetivo a redução das taxações sobre suas rendas. Uma tal política seria racional? Tudo depende *do que* é mais importante para a economia estatal num momento dado: a redução dos preços das mercadorias postas à venda e eliminação do capital privado, ou acumulação na esfera da circulação. Econo-

1 O aumento das tarifas das estradas de ferro atingindo as mercadorias que se originam do setor capitalista privado, pertence a esta mesma fonte de acumulação.

* *Khleboprodukt* – Comissão Estatal para a Venda de Cereais e Produtos Agrícolas (L.M.R.).

micamente, em troca, esta política implica inevitavelmente uma redução do fundo de acumulação socialista, implica uma gratificação dada à produção privada, *gratificação tanto mais pesada para a economia estatal quanto mais ela é pobre em capitais e quanto mais lhe é desvantajoso aplicar o comércio uma parte dos capitais necessários para o investimento na própria produção, em vez de intensificar a mobilização dos recursos dos pequenos produtores com vistas ao desenvolvimento de cooperativas.*

Aliás, num determinado estágio de seu desenvolvimento, o comércio estatal conduz seus negócios de modo inferior a que faz o comércio privado, sendo um dos seus problemas mais prementes reduzir seus custos, se mais não for de modo a atingir o nível do comércio privado. É importante aqui colocar toda a questão de modo teoricamente correto porque não se trata da política do momento presente mas da compreensão dos processos fundamentais de desenvolvimento de todo o período de crescimento socialista. Veremos mais adiante quais as enormes dificuldades que encontra o comércio estatal na concorrência com o capital privado, e como essas dificuldades situam os problemas fundamentais da construção socialista em geral. Devemos somente observar que, em razão de nossa enorme carência de capitais, e numa conjuntura de desenvolvimento muito rápido da circulação de mercadorias, o lucro comercial atinge proporções enormes que se assemelham à situação do período de acumulação capitalista primitiva. Nestas condições, a questão da acumulação adquire uma importância extrema: os êxitos do capital privado retardam consideravelmente o afluxo de recursos provenientes do meio pequeno-burguês para o fundo de acumulação socialista e devoram uma parte do sobreproduto da própria economia estatal.

A terceira subdivisão, quer dizer, as trocas entre a economia estatal e a economia privada, constitui um ponto onde a acumulação socialista tem diante de si tantas tarefas puramente negativas – tal como no caso das trocas no interior de seu próprio setor – como tarefas positivas, quer dizer, a alimentação da economia estatal às custas do meio não-socialista. A este respeito, devemos examinar separadamente a realização da produção industrial do Estado fora do setor socialista, e a realização da produção da economia privada no interior do setor estatal.

Comecemos pelo primeiro processo, quer dizer, pelo movimento da massa de mercadorias da indústria estatal em direção do meio não-socialista. As tarefas que existem aqui, do ponto de vista da acumulação socialista, são negativas: reduzir os custos de circulação dos próprios orgãos, quer dizer, simplesmente, comerciar com menores despesas de funcionamento do aparelho comercial; e afastar o comércio privado de todo o caminho percorrido pela mercadoria dos trustes estatais, da fábrica até o seu ponto final, isto é, os consumidores.

No que concerne aos primeiros desses objetivos, trata-se de melhorar a organização dentro do próprio sistema econômico estatal. Ao contrário, o segundo objetivo tem uma significação muito mais importante porque está ligado à luta entre dois sistemas hostis para se apoderar do sobreproduto da economia estatal. Aqui o inimigo se encontra quase em nossa casa. Cumpre notar, a propósito, a diferença que existe nas relações mútuas, de um lado, entre o capital comercial e o capital industrial na época da acumulação *capitalista* primitiva, e de outro lado, entre o capital comercial privado e a indústria estatal na época da acumulação *socialista* primitiva. Se, durante o período de acumulação capitalista primitiva, o capital comercial extrai do capital produtivo privado uma grande parte da mais-valia criada na indústria, trata-se apenas de uma repartição diferente da mais-valia *no interior de um mesmo e único sistema econômico*. O que atualmente é acumulado em excesso pelo capital comercial a partir da mais-valia do capital industrial retornará amanhã à indústria; a passagem do capital excedente do comércio para a indústria constitui um processo ininterrupto, que se operou desde os inícios do aparecimento da produção capitalista. A questão é diferente quando a indústria, no essencial, pertence a um sistema e o aparelho comercial pertence a outro, a um sistema hostil, como no caso considerado.

A acumulação do capital comercial privado constitui então uma apropriação direta e irreversível do sobreproduto criado pelos operários da indústria estatal. Se o valor global anual dos novos valores mercantis criados pela indústria estatal entrados na circulação comercial equivale, por exemplo, a um bilhão nas vendas por atacado dos trustes estatais e, a varejo, esta massa de mercadorias se vende por um bilhão e meio, 500 milhões constituem uma apropriação

direta do sobreproduto da indústria em proveito do aparelho comercial. Se o aparelho comercial privado se apropria dos 4/5, ou seja, de 400 milhões, isto significa uma fonte de evasão das mais perigosas para a acumulação socialista, e não somente da acumulação mas também da reprodução simples no sistema da economia estatal. Aqui temos a expropriação pelo capital privado não do sobreproduto da pequena produção, a partir da qual o capitalismo se desenvolve historicamente e que, posteriormente, ele nunca deixa de explorar, mas a expropriação do sobreproduto da indústria socialista, fenômeno desconhecido da história econômica. A luta contra o capital privado, neste domínio, é para a economia estatal uma luta contra a pilhagem dos valores que ela própria criou. Levar precisamente para este terreno a luta contra o capital privado é inteiramente justa, como é inteiramente justo a tentativa de passar da resolução dos problemas mais fáceis aos problemas mais difíceis, quer dizer, de começar pela conquista do comércio semi-atacado e antes de tudo, do comércio por atacado de produtos da indústria estatal.

Assim, no que diz respeito ao controle do processo de troca de sua própria produção, a economia estatal resolve ela mesma uma tarefa de caráter negativo: não entregar ao capital privado o que pertence essencialmente ao próprio setor socialista, o que constitui seu próprio fundo, criado a partir de sua própria base produtiva.

Ocorre diferentemente no que diz respeito ao movimento dos valores da economia privada em direção da economia estatal. Aqui, a luta dos órgãos do comércio estatal com o capital privado é, em ampla medida, uma luta pelo sobreproduto da economia privada. Quando, por exemplo, o abastecimento da indústria de matérias-primas no mercado camponês é efetuado pelo capital privado e toda a comunicação, desde a produção da matéria-prima até o truste estatal, é cortada pelos intermediários privados, a diferença entre o preço de venda aos trustes e o preço de compra ao camponês constitui essencialmente uma apropriação da parte da renda dos camponeses. Ao contrário, se supomos que os próprios organismos estatais realizam todo o abastecimento de matérias-primas, tudo o que é retirado da renda do campesinato entrará no setor da economia estatal. No presente estágio da acumulação socialista primitiva,

a luta com o capital privado é, ao mesmo tempo, tecnicamente mais difícil e de menor importância do que a luta contra a pilhagem do sobreproduto próprio da economia estatal pelo capital privado. De outro lado, o sucesso desta última luta, quer dizer, o afastamento do capital privado da esfera da comercialização da produção da indústria estatal, intensificaria, sem nenhuma dúvida, o processo de transferência do capital privado na indústria privada, processo economicamente vantajoso em geral, e que não apresenta perigo numa situação de rápido desenvolvimento da economia estatal.

Passemos agora ao comércio externo e ao sistema do protecionismo socialista (segundo a expressão do Camarada Trotsky). A instituição do monopólio do comércio externo tem uma importância absolutamente excepcional em todo o sistema econômico socialista. Ela própria aparece, em primeiro lugar, como um dos órgãos da acumulação socialista. Ela constitui, em segundo lugar, um dos órgãos mais importantes de garantia do próprio processo desta acumulação sob todos seus aspectos e sob todas suas formas e, com isso, um dos mais importantes instrumentos de luta contra a lei do valor da economia capitalista mundial. E, em terceiro lugar, esta instituição é um dos instrumentos mais importantes da regulação de toda a economia da URSS.

Convém se deter um pouco sobre o monopólio do comércio externo considerado somente como instrumento da acumulação socialista. Na medida do desenvolvimento do caráter mercantil da economia camponesa e do incremento das relações comerciais da economia soviética com a economia mundial, o volume das exportações aumenta. Considerando que a produção de nossa indústria, na soma global das exportações, antes da guerra desempenhava um papel secundário em relação às exportações agrícolas, considerando que em razão da recuperação da agricultura, devemos esperar o restabelecimento das proporções anteriores no volume das mercadorias exportadas, é necessário contar também com um incremento das possibilidades da acumulação socialista a partir da renda da economia camponesa. Quanto mais a exportação dos produtos agrícolas for importante tanto mais forte será a dependência econômica desta última com relação à instância que liga a economia camponesa ao mercado externo. Não somente o monopólio do comér-

cio externo coloca a pequena produção sob a dependência do Estado no que toca a realização dos excedentes, não somente coloca sua renda a serviço da acumulação socialista, como é também um instrumento importante para a obtenção de um lucro adicional através do mercado externo. Existem ramos do comércio mundial nos quais a economia estatal da URSS tem quase uma posição de monopólio. É suficiente lembrar o comércio da platina, em parte a do linho, etc. O monopólio estatal do comércio das mercadorias exportadas, é verdade, não implica absolutamente, que a diferença entre os preços do mercado externo e do mercado interno se encontre inteiramente em mãos do *Vnechtorg**. Se, por exemplo, realizando sem intermediário a produção da indústria madeireira, o *Severoles*** é senhor de todo seu sobreproduto, o Estado está longe de sempre encaminhar as mercadorias exportadas em todas as etapas de sua caminhada até os mercados internacionais. Se o trigo, por exemplo, é comprado diretamente dos camponeses pelo *Khleboprodukt* e vendido ao Exterior pelo *Vnechtorg*, a diferença entre o preço de venda e o preço de compra passa, neste caso, inteiramente às mãos do Estado. Ao contrário, onde o abastecimento é feito por intermédio de representantes do capital privado e, particularmente, onde os órgãos do comércio estatal compram dos atacadistas particulares as mercadorias de exportação, o lucro comercial do Estado é seriamente diminuído em benefício do capital privado. Por outro lado, mesmo quando os produtos de exportação são obtidos e encaminhados pelos próprios órgãos do comércio estatal, isto não significa absolutamente que, no caso considerado, o *Vnechtorg* receba o lucro máximo.

Com nosso mecanismo de trocas extremamente imperfeito e oneroso, freqüentemente toda a diferença entre o preço de venda no mercado externo e os preços de compra (diferença que é freqüentemente muito grande em termos percentuais) acaba por ser engolida pelos chamados gastos gerais, de modo que o lucro líquido é nulo. Mas a acumulação socialista, particularmente em sua fase primitiva, está longe de implicar sempre um aumento do capital produtivo na indústria. A criação de uma rede de organismos comerciais assim como a criação de uma infra-estrutura mínima necessária capaz de servir a economia estatal e afastar o capital privado das posições decisivas na luta econômica, é por si só uma acumulação socialista mas sob outra forma. Como veremos mais abaixo, uma visão estreitamente comercial e inspirada em observações sobre o capital privado relativas a todos os processos internos à economia estatal, prejudica seriamente a compreensão da própria essência da forma econômica socialista durante seus primeiros estágios e amiúde, na prática, toma o caminho errado. Em razão da imperfeição deste ou daquele aparelho, freqüentemente não se percebe a importância deste aparelho no conjunto da economia estatal. E, no caso considerado, a extrema desvantagem, do ponto de vista comercial, de uma série de nossos órgãos estatais de comércio fala a favor da necessidade de uma racionalização deste trabalho e não da substituição desses órgãos pelos órgãos privados, "mais eficientes". Eles são mais eficientes se consideramos de um ponto de vista capitalista as deficiências do socialismo em seus primeiros estágios em lugar de apreciar, de um ponto de vista socialista, as "eficiências" do capitalismo (ao qual deve-se associar imediatamente as crises, as guerras, etc.), mesmo quando num domínio isolado, a forma *capitalista* leva vantagem [1].

Na análise precedente, partimos da hipótese de que os preços dos produtos da indústria estatal absorvidos pela economia privada representavam uma grandeza determinada. Cumpre examinar agora a questão extremamente importante do papel desempenhado pela política de preços na acumulação socialista. Em primeiro lugar, examinaremos a política de preços das mercadorias exportadas, quer dizer, os princípios de nossa política alfandegária e de seus resultados e, em segundo lugar, a política de preços de nossos trustes e órgãos estatais em geral.

* *Vnechtorg* – Comissariado do Povo para Comércio Externo (L.M.R.).
** *Severoles* – Administração do Norte da Rússia para a Madeira (L.M.R.).

1 Aqui deixo de lado outro aspecto muito importante da questão, ou seja, o fato de que exportações deficitárias comercialmente podem ser muito vantajosas aos interesses da economia estatal no seu conjunto, aproveitando-se do intercâmbio externo para a importação do equipamento industrial que é mais caro fabricar aqui do que externamente.

Comecemos pela política alfandegária. Falamos da política alfandegária em relação às mercadorias *importadas*, pois a taxação das mercadorias exportadas pelos organismos estatais e pelo *Vnechtorg* não constitui em si uma nova fonte de acumulação mas somente uma repartição diferente entre diversos órgãos estatais (por exemplo, entre o *Narkomfin** e o *V.S.N.H.*** com seus trustes) de uma mesma e única fonte de lucro comercial ou de renda da circulação comercial [1]. A política alfandegária da URSS, com suas taxas quase proibitivas sobre os produtos da indústria leve importados e suas elevadas taxas sobre os produtos da indústria mecânica, constitui uma poderosa barreira que protege as trocas internas contra a ação da lei mundial do valor e que preserva nossa indústria socialista, pobre em capitais e tecnologicamente atrasada, da destruição sob os golpes da concorrência estrangeira. Examinaremos o papel do protecionismo socialista, assim como o do monopólio do comércio externo quando da análise do conflito da lei de acumulação com a lei do valor. No momento, só trataremos da política alfandegária como fonte de acumulação socialista.

A renda alfandegária soviética divide-se em duas categorias diferentes, de importância desigual do ponto de vista da acumulação. A renda alfandegária proveniente dos meios e instrumentos de produção importados para o equipamento ou reequipamento da indústria estatal não é de modo algum um instrumento de acumulação. Com efeito, se o sindicato têxtil, por exemplo, compra na Inglaterra novas máquinas destinadas às fábricas têxteis por 30 milhões de rublos, e se paga dez milhões a título de direitos de importação, estamos somente em presença de uma simples redistribuição dos recursos do Estado entre a indústria têxtil e o *Narkomfin*. A soma total dos recursos estatais não mudaria um só copeque se não existisse absolutamente nenhuma taxação sobre as máquinas têxteis ou se o

* Comissariado do Povo para as Finanças (L.M.R.).
** Conselho Superior de Economia Nacional (L.M.R.).
1 Como foi indicado anteriormente, a renda de um aparelho comercial e seu lucro são coisas absolutamente diferentes. A renda é calculada do ponto de vista de toda a economia nacional, enquanto o lucro constitui a renda bruta menos os custos do aparelho comercial. O aparelho deve ter uma renda, quer dizer, realizar subtração da renda nacional, independentemente de existir lucro ou *deficit*.

dinheiro obtido com esta taxação ficasse com o sindicato têxtil. Pode-se dizer, é verdade, que o aumento de valor do equipamento da indústria têxtil obrigará os trustes estatais a aumentar suas taxas de amortização e correlativamente os preços de seus artigos. Mas esta objeção é ilusória porque o sindicato têxtil, no presente caso, somente desempenha o papel de um canal de transferência para o *Narkomfin* de uma soma de dez milhões provenientes dos consumidores. É perfeitamente indiferente, no que tange à essência da operação, que ele obtenha esta soma elevando o preço de venda para cobrir as despesas suplementares de amortização ou que eleve simplesmente este preço e remeta a soma ao *Narkomfin* a título de cessão do lucro proveniente das empresas estatais e que importe com isenção os trinta milhões de equipamento.

Saber o que é tecnicamente mais adequado constitui outro assunto. A questão reduz-se precisamente a isso: para preços determinados, se todos os demais fatores permanecem constantes, o fundo de acumulação da indústria têxtil é, como outros, uma grandeza constante. Se a taxação alfandegária recai sobre uma parte do fundo desta indústria e não é transferida aos consumidores, trata-se de uma redistribuição no interior do setor estatal deste *único e mesmo fundo*. Se, em troca, ocorre um aumento dos preços, há uma ampliação do fundo mas esta ampliação ocorre em conseqüência do aumento dos preços e não em conseqüência da política alfandegária. O volume possível deste aumento é determinado por uma série de condições econômicas concomitantes e não pela importância das taxações alfandegárias.

Porém, de modo geral, será mais racional taxar os consumidores de um dado ramo da indústria em razão da pressão das taxações do equipamento importado por esta indústria ou será mais racional estabelecer corretamente uma política de preços e fixar as condições de transferência do lucro das empresas estatais para a caixa do *Narkomfin*? Trata-se aqui de um problema técnico de acumulação que não afeta a produção da renda em si mesma.

Assim, a taxação dos instrumentos de produção importados pela indústria estatal é uma transferência de valor de um bolso do Estado para outro: do fundo de capital fixo da indústria estatal para a caixa do *Narkomfin*. A taxação das matérias-primas para a

indústria reveste-se, ela também, exatamente das mesmas características. Aqui também, *para um dado nível de preços*, o problema reduz-se a uma redistribuição de recursos estatais no interior do mesmo setor estatal, ainda que, por outros motivos, esta taxação possa ser racional.

A questão se coloca de outra maneira no caso da taxação dos instrumentos de produção importados pela indústria privada e da importação de produtos de consumo. A taxação aparece inteiramente como uma diminuição da renda da massa dos consumidores, ou do fundo de capital fixo da indústria privada. Com efeito: se o *Vnechtorg* importa açúcar, calçados, etc., do Exterior, na medida em que nossa produção for insuficiente, as diferenças entre os preços do mercado interno e os preços de compra no Exterior serão pagas pelo consumidor e recebidas pelos órgãos do comércio estatal. Mesmo se o operário pagar a diferença, teremos também um aumento da renda e da acumulação estatal, se bem que isto ocorra às custas do orçamento real do consumo da classe operária.

Esta situação se configura se os produtos de consumo importados cobrem somente o *deficit* da produção nacional e são vendidos aos preços do mercado interno. Esta operação de importação não paralisa em nada o processo de acumulação e de reprodução em outros setores da economia estatal. A situação é diferente quando se importa mais mercadorias do que o mercado pode absorver, considerando os produtos fabricados internamente, e quando eles são vendidos a um preço inferior ao da mercadoria nacional. Neste caso, a acumulação na esfera do mercado e através da taxação alfandegária é obtida ao preço de uma redução parcial da produção interna, quer dizer, ao preço de uma restrição num dos setores, não somente da acumulação *com base na produção* mas também da reprodução simples. Se, em troca, importamos apenas produtos que o mercado comporta mas os vendemos a um preço mais baixo, o lucro de um dos pólos se acompanha de uma perda no outro. Uma política desse tipo pode ser vantajosa se as perdas são compensadas pelo ganho e o rebaixamento de preços conduz a uma ampliação da demanda e é, no final das contas, vantajosa para a indústria. A opção prática num sentido ou noutro será determinada, neste caso, pelos resultados de um simples cálculo numérico.

Passemos agora à política dos preços dos produtos industriais. Esta política tem enorme importância não somente para a acumulação socialista mas também para a marcha normal da produção em geral, mesmo sem que esta última aumente; essa política é também importante para a economia camponesa e se relaciona às relações políticas entre o proletariado e o campesinato. No momento, só trataremos desta política do ângulo da acumulação socialista primitiva.

A questão teórica fundamental que cumpre resolver desde o início se reduz a esta indagação: de um modo geral, trocas equivalentes são possíveis entre a economia estatal e o setor não socialista? Aqui é possível distinguir três possibilidades:

1) Primeiro caso: a economia estatal transfere mais valor do que recebe do setor não socialista. Neste caso, estamos diante de uma desagregação constante da grande produção socialista e de uma venda progressiva de seus produtos abaixo de seu custo de fabricação. Esta desagregação pode tomar ou a forma de venda abaixo do custo de reposição do capital fixo da indústria, que não é reconstituída em toda sua extensão, a salários constantes, ou tomar a forma de venda a preço vil da força de trabalho do proletariado industrial, ou, enfim, as duas formas concomitantemente. Durante o período inicial da NEP, tivemos uma série de exemplos de um tabelamento dos produtos industriais que implicaram a venda a preço vil tanto do capital fixo quanto da força de trabalho do proletariado [1]. A transformação de tal política dos preços em sistema implicaria, sem nenhuma dúvida, o esfacelamento gradual da grande indústria e a vitória da pequena produção sobre a grande. O leitor encontrará exemplos concretos no capítulo que trata da economia industrial. Não se deve, absolutamente, confundir este caso com aquele em que, diante da concorrência dos preços, há um aumento na depreciação do capital fixo mas, de fato, não ocorre a sua reconstituição porque as somas correspondentes recebidas se destinam ao aumento dos salários ou à constituição de estoques de ma-

1 Um exemplo gritante deste mesmo fenômeno, tirado da prática capitalista, é fornecido pela política de preços da indústria alemã na época da depreciação da moeda após a guerra mundial.

téria-prima, quer dizer, ao aumento do capital circulante. Este empréstimo temporário retirado das reservas do capital fixo em proveito de outras necessidades mais prementes desempenhou um importante papel na vida da indústria soviética. Este processo era inevitável em razão da extrema pobreza da indústria estatal no que tange aos capitais circulantes e se reproduzia freqüentemente, mesmo com preços bastante elevados, acima dos preços de reconstituição.

2) Segundo caso. Os preços dos produtos da indústria estatal são calculados de tal maneira que, quando das trocas dos produtos desta indústria com os da economia privada, há uma troca de equivalentes, quer dizer, nenhum dos sistemas econômicos explora o outro. Uma tal situação geralmente só é possível como episódio de duração muito curta. Julgar normal uma tal situação significa supor que o sistema socialista e o sistema de produção mercantil privado, incluídos num mesmo sistema econômico nacional, possam existir lado a lado com base num mútuo equilíbrio econômico. Tal sistema não pode existir de modo duradouro, pois um dos sistemas deve afastar o outro. Decadência ou desenvolvimento são possíveis aqui mas o equilíbrio é impossível. A este respeito, referindo-se ao capital enquanto processo de movimento, Marx escrevia: "o capital enquanto valor em auto-expansão não abrange apenas as relações de classe, uma sociedade de características determinadas que se baseia no trabalho assalariado. O capital, além disso, é movimento, um processo de circulação que passa por diferentes estágios e que por sua vez encerra em si mesmo três formas distintas do processo de circulação. Desta maneira, só se pode compreender o capital como movimento e não como uma coisa que permanece em repouso" [1]. Se o capital, tanto na sua circulação individual numa empresa qualquer como na medida em que consideramos o sistema capitalista no seu conjunto, em suas relações com o meio pré-capitalista, constitui um movimento, como a forma socialista nas suas relações com o meio pré-socialista pode ser, então, uma "coisa que permanece em repouso"? E que significa movimento neste caso? De duas, uma: ou a forma capitalista corrói rapidamente o bloco monolítico

1 *O Capital*, Livro II.

da economia estatal que se formou na lava da Revolução de Outubro e da guerra civil ou a forma socialista se desenvolve às expensas tanto de sua própria acumulação como do meio não-socialista, nutrindo-se igualmente de sua seiva. Se o capitalismo é movimento, o socialismo *é movimento mais rápido ainda*. E, o que o socialismo perde em rapidez no período da acumulação primitiva, do ângulo do desenvolvimento de sua base técnica e econômica – em conseqüência de sua extrema pobreza em capitais – ele é *obrigado* a compensar mediante uma intensificação da acumulação às custas do meio não-socialista. Uma das maneiras mais importantes de efetuar tal acumulação – além das que já foram descritas acima e do método que analisaremos adiante – é a troca não-equivalente de valores com o meio não-socialista. Esta troca, com uma balança favorável à forma socialista, só é possível com uma correta política de preços dos produtos da indústria estatal.

3) Chegamos aqui ao terceiro caso, que é não somente possível mas inevitável em nossa situação, isto é, a política de preços conscientemente calculada com vistas à alienação de uma parte *determinada* do sobreproduto da economia privada sob todas suas formas. Uma tal política é possível porque a economia estatal do proletariado nasce historicamente a partir do capitalismo monopolista. E este último, a partir da supressão da livre concorrência, acarreta a criação de preços monopolistas no mercado interno para produtos de sua própria indústria, recebe um lucro suplementar em razão da exploração da pequena produção e prepara, assim, o terreno da política de preços durante o período da acumulação socialista primitiva. Mas a concentração de toda a grande indústria do país em mãos de um truste único, a saber, o Estado operário, aumenta consideravelmente as possibilidades de realizar, através do monopólio, uma política de preços que não é outra coisa senão uma forma de taxação da economia privada. Os obstáculos que a economia estatal encontra nesta via não consistem em sua falta de força econômica para realizar tal política mas antes de tudo na necessidade de unir esta política a uma política de baixa de preços, o que só é realizável se o rebaixamento dos custos de fabricação se efetua ainda mais rapidamente. E isto supõe, por sua vez, a necessidade de reequipar a indústria logo que se atinja o limite da racionalização da produção no quadro da técnica antiga. Outra dificuldade provém do fato de

que o Estado não detém o monopólio de todos os ramos da indústria. A política de preços, conseqüentemente, deve ser calculada de tal maneira que a acumulação estatal não acarrete automaticamente uma acumulação capitalista privada. Enfim, não me refiro aqui às dificuldades de natureza política que decorrem das relações mútuas entre a classe operária e o campesinato, e que obrigam freqüentemente a falar de trocas equivalentes quando, com a socialização da grande indústria, estas trocas equivalentes são uma utopia ainda maior do que no capitalismo monopolista.

A acumulação através de uma política de preços apropriada tem suas vantagens sobre as outras formas de impostos diretos e indiretos sobre a pequena propriedade. O mais importante entre eles consiste na extrema facilidade da arrecadação que não exige nenhum copeque para mecanismos fiscais particulares.

A objeção de que a taxação mediante uma política de preços determinada [1] afeta os salários dos operários e camponeses pobres é uma objeção absolutamente insignificante. Não são os camponeses pobres os principais compradores dos produtos de nossa indústria. O que eles perdem desta maneira eles podem receber do Estado sob a forma de crédito, sob a forma de acumulação forçada do capital fixo de sua propriedade. E, no que concerne aos operários, esta objeção é tão pouco fundada como a que se faz a respeito dos impostos indiretos que podem ser compensados pelos salários. Eis um exemplo numérico: se, graças a uma política de preços correta, a classe operária, juntamente com toda a população, paga uma soma de 50 milhões, por exemplo, à indústria estatal, o Estado pode facilmente lhe devolver esta soma através do aumento dos salários, uma vez que a soma recebida dos consumidores burgueses e pequeno-burgueses não lhes é devolvida, servindo para aumentar o fundo

1 Evito deliberadamente dizer "através da elevação dos preços" porque a taxação é possível não somente com os preços em baixa como, entre nós, ela ocorrerá precisamente com os preços em baixa ou, por alguns períodos, com os preços estáveis; isto é possível porque, com a diminuição dos custos de fabricação, a redução dos preços não interfere em toda a extensão desta diminuição mas numa extensão muito menor, indo a diferença para os fundos de acumulação socialista e aumento dos salários.

de acumulação socialista. Voltaremos a este problema com mais detalhe e com cifras em mãos no capítulo referente à economia industrial.

Passemos agora à acumulação com base na produção, quer dizer, no aumento dos valores criados pela reprodução ampliada no interior do próprio sistema por suas próprias forças.

Comecemos, como precedentemente, por lembrar os momentos correspondentes da acumulação capitalista primitiva. Definindo o que se chama de período de acumulação capitalista primitiva, Marx escrevia: "Conseqüentemente, o que se chama de acumulação primitiva não passa de um processo histórico de separação dos produtores dos meios de produção. Ela se apresenta como 'primitiva' pelo fato de formar a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde" [1]. Em outros termos, o período da acumulação capitalista primitiva não acaba absolutamente com a organização da primeira manufatura capitalista mas ainda continua quando a produção capitalista está em plena marcha. Para que o modo de produção capitalista possa tornar-se a forma de produção dominante, para que o período de acumulação capitalista primitiva dê lugar ao período da acumulação capitalista "normal", para que a separação do produtor dos meios de produção, quer dizer, a criação de uma classe de operários assalariados esteja suficientemente avançada, para tudo isso – e ao mesmo tempo para que ocorra a expropriação dos camponeses de suas terras e a passagem dos artesãos independentes para as fileiras do proletariado – um processo de exploração produtiva desses quadros deve realizar-se com rapidez suficiente. Para cumprir, em suas grandes linhas, a tarefa fundamental da acumulação primitiva, " a separação do produtor dos meios de produção", o capitalismo deve, justamente para a realização desta tarefa e no processo de sua realização, começar e desenvolver sempre mais a acumulação com base na produção. Este processo se realiza através de seu desenvolvimento incessante; paralelamente prossegue a acumulação através dos meios econômicos e ex-

1 *O Capital*, Livro Primeiro, Primeira Parte.

tra-econômicos descritos mais acima. Mas o papel da acumulação com base na produção aumenta constantemente na medida em que os principais ramos da produção se transformam numa produção capitalista. Marx expressou nestes termos o desenvolvimento dialético deste processo, em que as conseqüências tornam-se causas: "Assim, com a acumulação do capital, o modo de produção especificamente capitalista se desenvolve e, com ele, a acumulação do capital" [1].

A fonte da acumulação capitalista com base na produção é a exploração da força de trabalho. As formas desta exploração são mais primitivas, mais grosseiras nos primeiros estágios, quando a mais-valia absoluta ocupa o primeiro lugar comparativamente à mais-valia relativa. Posteriormente, as relações entre elas se invertem.

No período inicial do desenvolvimento do capitalismo, a jornada de trabalho nas primeiras empresas capitalistas era mais longa do que na produção artesanal da Idade Média; existiam menos dias de férias; a intensidade do trabalho era forçosamente mais elevada. Conseqüentemente, a massa global do trabalho fornecido diariamente pelo trabalhador era maior do que na produção artesanal da Idade Média. Por outro lado, o salário era mais baixo nas primeiras empresas capitalistas do que na do companheiro artesão. Assim, salários mais baixos, jornadas de trabalho mais longas do que no sistema econômico precedente, tudo isso com base numa técnica mais evoluída e numa produtividade do trabalho mais elevada, constituiu as fontes da intensa acumulação primitiva com base na produção, durante o período inicial do desenvolvimento capitalista. Durante esse período, o Estado interveio no processo de produção, não para diminuir ou atenuar a exploração, como ocorreu no período seguinte, mas para diminuir a resistência da classe operária a esta exploração. O Estado protegeu a acumulação primitiva quando apoiou o processo de desapropriação das terras dos camponeses, quando promulgou leis sobre a vagabundagem e enforcou impiedosamente os "vagabundos sem teto" que recusavam-se a submeter-se

1. *O Capital*, Livro Primeiro, Primeira Parte.

ao jugo do capital, quando promulgou leis fixando o salário máximo e a duração mínima da jornada de trabalho. Os inimigos do socialismo, particularmente os adversários do sistema econômico soviético, observam com maldosa satisfação que, durante os primeiros anos da acumulação socialista primitiva, os salários se encontram, entre nós, em nível mais baixo do que antes da guerra e da revolução. Convém lembrar a esses senhores que, durante o período da acumulação capitalista primitiva, as condições de vida dos operários assalariados das fábricas capitalistas eram bem piores do que as dos companheiros e, *a fortiori*, dos mestres-artesãos da Idade Média, como foi provado por Marx no *O Capital* e por muitos outros pesquisadores. E isto apesar da enorme superioridade técnica da produção capitalista sobre a produção artesanal. Em outros termos, o agravamento aparente das condições de vida das massas trabalhadoras durante o período da acumulação socialista primitiva, com relação à situação dos operários no sistema capitalista avançado, diz tão pouco em favor da superioridade econômica do capitalismo quanto a agravação da situação dos operários nas primeiras manufaturas e fábricas capitalistas, com relação ao artesanato, podia dizer em favor das vantagens econômicas da pequena produção independente sobre a produção capitalista.

Todos os principais métodos da exploração da força de trabalho pelo capital foram descritas de modo suficientemente vivo no *O Capital* e são universalmente conhecidas. Desejo aqui me deter sobre um dos aspectos dessa exploração que tem grande importância para uma correta comparação com o período da acumulação socialista primitiva. Trata-se do enorme desperdício da força de trabalho do proletariado em nome da maior economia possível dos meios de produção, no interesse, conseqüentemente, da redução do custo de fabricação das mercadorias. Eis o que dizia Marx a este respeito.

"Esta economia resulta em superpovoar de operários os locais exíguos e insalubres, fato que, na linguagem capitalista, denomina-se de economia de construção; ela exige, depois, amontoar máquinas perigosas num só e mesmo lugar, assim como a ausência de dispositivos de proteção e de prevenção nos processos de produção que são, por sua própria natureza, prejudiciais à saúde ou perigosas, como as minas, etc. Não falamos aqui da ausência de todas as

medidas destinadas a humanizar o processo de produção e torná-lo agradável ou pelo menos suportável para os operários. Do ponto de vista capitalista, isto significaria um desperdício, perfeitamente inútil e absurdo. De maneira geral, a produção capitalista, apesar de toda sua sórdida avareza, é indiscutivelmente pródiga a respeito do material humano, tal como,graças a seu método de distribuição dos produtos com auxílio do comércio e graças ao seu modo de concorrência, ela é também extremamente pródiga na dissipação dos recursos materiais, e com isso o que é ganho pelos capitalistas isolados é perdido para sociedade" [1]. Esta atitude bárbara a respeito da força de trabalho, atitude característica de todos os estágios do capitalismo, atinge formas monstruosas justamente durante o período de acumulação primitiva, quando a luta econômica dos operários apenas começa e as relações de forças são extremamente desvantajosas para a classe operária.

Deste período cumpre reter ainda esta circunstância de que o capitalismo não arcava então com os gastos de um exército industrial de reserva, economicamente necessário na etapa seguinte. Além disso, os próprios capitalistas reduziam, tanto quanto possível, seu consumo pessoal a fim de ampliar a reprodução. Eis um pequeno exemplo:

"Durante o primeiro período, os fabricantes de Manchester eram obrigados a trabalhar duro para sua subsistência". Em particular, eles ganhavam bastante ludibriando os pais que lhes entregavam os filhos na qualidade de aprendizes e deviam pagar caro pelo aprendizado enquanto esses aprendizes quase morriam de fome. Por outro lado, o lucro médio era baixo e a acumulação exigia uma enorme poupança. Eles viviam como avarentos, juntando tesouros, não usufruindo dos ganhos de seu capital. "No segundo período, eles começaram a constituir pequenas fortunas, mas trabalhavam tão encarniçadamente como antes" – porque a própria exploração direta do trabalho implica trabalho, como o sabem todos os capatazes de escravos – e eles conservaram o mesmo estilo de vida, tão modesto quanto antes... No terceiro período, o luxo começou e as

[1] *O Capital*, Livro III, Primeira Parte.

empresas não paravam de ampliar graças ao envio de cavaleiros (caixeiros-viajantes a cavalo) para procurar encomendas em todas as cidades comerciantes do reino. Convém lembrar que, até 1690, existia muito pouco capital, ou mesmo nenhum capital de três a quatro mil libras esterlinas adquiridas pela indústria. Mas, por volta desta época, ou um pouco mais tarde, os industriais tinham já aumentado sua acumulação e começaram a mandar construir modernas casas de pedras em lugar de casas de madeira e de terra... Em Manchester, mesmo durante os primeiros decênios do século XVIII, o fabricante que oferecia a seus hóspedes uma taça de vinho estrangeiro suscitava ainda falatórios e mexericos entre os vizinhos". Até o aparecimento do maquinismo, os fabricantes que se encontravam à noite nas tavernas nunca consumiam mais do que um copo de ponche de seis pence e um pacote de tabaco de um penny. Apenas a partir de 1758 é que encontramos pela primeira vez – e isto marcou data – "um personagem se ocupando da indústria em sua própria carruagem". "O quarto período" – o último terço do século XVIII – "distingue-se por um grande luxo e prodigalidade apoiados no comércio que se expandiu por toda a Europa através dos caixeiros-viajantes e representantes" . "Que diria o bom doutor Aikin se ele ressuscitasse e lançasse um olhar na Manchester de hoje?" [1].

Tratemos agora do problema da acumulação com base na produção na economia estatal. A fonte desta acumulação é a mesma que existe no capitalismo, quer dizer, o trabalho da classe operária cujo salário deve ser mais baixo do que o valor global dos produtos criados por esta classe operária. Mas existe aqui uma série de diferenças importantes, tanto nas condições gerais da acumulação socialista primitiva como nas formas de utilização da força operária e de sua remuneração.

É necessário, antes de tudo, lembrar o fato, já observado acima, que a acumulação socialista, de modo geral, só pode começar, *depois da revolução proletária*, enquanto o processo de acumulação capitalista primitivo começa e prossegue antes das revoluções bur-

[1] *O Capital*, Livro I, Primeira Parte.

guesas. Em certos países, ele atinge seu apogeu durante a época dessas revoluções (Inglaterra, França); em outros, nessa época, ele já ultrapassou seus principais estágios (Alemanha).

Pela possibilidade de reconstruir todo o sistema econômico, a burguesia não tem que pagar um tributo, sob a forma de devastação das forças produtivas e dos estoques anteriores, tributo que no século XX a revolução proletária e a guerra civil impõem. Não sabemos o que poderá custar, em outros países, a conquista do Poder pelo proletariado. Porém, entre nós, esta conquista custou tão caro que a acumulação através da produção não pôde nem mesmo começar imediatamente. Houve um período prévio durante o qual a soma global dos valores criados no interior do setor estatal, que era distribuída por vias internas e externas a este setor, era inferior aos custos de produção. O período do Comunismo de Guerra colocava ao Estado, de um lado, não apenas um problema de acumulação e de reprodução ampliada nas condições de um novo sistema de propriedade mas o problema da vitória militar, e, de outro lado, o da alimentação desta comuna de pobres que lutava contra todo o mundo capitalista e que constituía, então, o proletariado e parte mais pobre do campesinato com seu exército. A economia deste período era o Comunismo de Guerra e de consumo. Sua tarefa constituía em se manter, em alimentar o povo, mal ou bem, e vencer. A característica deficitária da economia estatal não pode ser, em nenhum caso, um motivo para reduzi-la ou, mais ainda, para suprimi-la. A diminuição da produção só ocorria quando faltavam matérias-primas e combustível. A produção, deficitária do ponto de vista capitalista e do ponto de vista da acumulação, era necessária e útil do ponto de vista das tarefas específicas deste período. Citarei um pequeno exemplo com dados tomados arbitrariamente: se fazemos o cálculo do preço de fabricação em empresas típicas do período, obteremos o seguinte quadro: valor das matérias-primas e depreciação dos instrumentos de produção, quer dizer, capital constante: 1.000; salários, quer dizer, capital variável: 500; custo de fabricação: 1.500; valor comercial do produto a preços de anteguerra: 600. Em tal situação, não somente não há sobreproduto mas existe um *deficit* colossal: 1.500 – 600 = 900. Entretanto, com o sistema de Comunismo de Guerra, face às suas tarefas, tal resultado não era absolutamente negativo. Os operários produziam para seus

salários, e alguma coisa mais, a saber, cem unidades iam alimentar a marmita coletiva da comuna do Estado. Essas cem unidades representavam, não um sobreproduto mas um empréstimo tomado do capital fixo ou uma dilapidação do capital fixo. Mas esse empréstimo, essa dilapidação constituíam alguma coisa de positivo neste período pois o capital fixo e os estoques de matérias-primas teriam permanecido no estado de capital morto se a força de trabalho não os tivesse transformado em produtos de consumo. Poderia haver o caso, e isso aconteceu, em que o valor comercial da produção era mesmo inferior ao salário (no presente exemplo, 400 contra 500). Mas neste caso, era racional continuar uma parte da produção no momento em que, de todo jeito, era necessário nutrir os operários e manter as despesas de manutenção e conservação das fábricas. Era mais vantajoso para o Estado ter um *deficit* de cem unidades em produtos fabricados não medidos em termos de valor *mantendo as fábricas em funcionamento* do que um *deficit* de 200 ou 500 com as *fábricas fechadas*. Tratava-se de um sistema econômico totalmente original, radicalmente oposto por suas tarefas e métodos de cálculos à produção capitalista.

A respeito do estímulo fundamental da produção capitalista, quer dizer, do lucro, escreveu Marx: "A taxa de lucro é a força que coloca em movimento a produção capitalista; só se produz o que se pode produzir com lucro" [1].

Mesmo durante o período da acumulação capitalista primitiva, o capital que passava do comércio à produção geralmente o fazia com lucro. Como regra geral, o capitalismo não conheceu – e não poderia ter conhecido em razão de sua estrutura – um período durante o qual teria "trabalhado" durante longo tempo no "vazio", quer dizer, sem lucro ou com prejuízo, cobrindo este último através de outras fontes da acumulação primitiva, situadas fora dos limites das empresas capitalistas. Ao contrário, o que não pode existir para o capital privado senão como exceção, como um episódio – a produção sem lucro, quer dizer, a produção sem mais-valia – foi a regra durante a fase do Comunismo de Guerra. Parafraseando o trecho de Marx que acabamos de citar, poderíamos dizer o se-

1 *O Capital*, Livro III. Primeira Parte.

guinte a respeito do Comunismo de Guerra: produziu-se, e por todos os meios, tudo que podia aumentar os fundos de consumo do dia-a-dia, ainda que fosse através da dilapidação do capital fixo e do capital circulante e sem a esperança de uma rápida reconstituição[1].

Porém, uma economia deste tipo não pode se manter por longo tempo. Com o término da guerra civil esta pré-história da acumulação socialista primitiva terminou e agora começa sua história. *Entretanto, esta acumulação iniciou-se não pelo aumento do fundo anual de reposição da economia estatal mas pela redução do deficit anual dessa economia.* Nisto reside o primeiro traço característico de nossa acumulação socialista comparada à acumulação capitalista.

A acumulação socialista não começa a partir do zero para elevar-se depois a níveis mais elevados: ela começa abaixo de zero. Um zero do sobreproduto do conjunto da economia estatal e ao mesmo tempo um zero do *deficit* – esta linha formada de pontos zero aparecia como o ideal quando da passagem do período do Comunismo de Guerra ao da acumulação socialista prévia[2]. Diferentemente do capitalismo onde a corrida para o *lucro máximo* constitui o principal estímulo da produção, existia durante o período do Comunismo de Guerra uma corrida para a *quantidade máxima* de *produtos fabricados* mesmo ao preço de uma *deficit máximo*. Depois do começo da acumulação socialista, o principal objetivo é a obtenção do *deficit mínimo* no conjunto da economia estatal (e, na medida do possível, para cada empresa considerada separadamente). Atualmente, quer dizer, em 1925-26, a indústria e os transportes estatais soviéticos, no seu conjunto, são lucrativos. Se o valor da produção bruta da indústria é de 2.500 milhões de rublos e a produção líquida é de 1.000 milhões não haverá acumulação se estes 1.000 milhões = v, quer dizer, se a produção líquida é igual à totalidade dos salários, e

1 No mundo capitalista, a economia alemã do período da depreciação acelerada do marco apresentava alguma analogia com esta situação, na medida em que, sem dúvida, esta economia, no seu conjunto, era deficitária.

2 Deliberadamente, não digo "no período da Nova Política Econômica" pois este termo tornou-se atualmente completamente absurdo e eu proporei mais abaixo sua substituição.

se m – quer dizer, no caso considerado, não a mais-valia mas o sobreproduto [1], é igual a zero. Ao contrário, se a soma de todos os salários é menor do que a dos novos valores criados durante o ano pelos operários da indústria estatal, haverá então um sobreproduto, mesmo se o conjunto da indústria não somente nada acrescentou a este produto estatal como exigiu para si mesma muitos milhões em subsídios para a reconstituição do capital fixo e capital circulante.

Na época da guerra mundial, da revolução e da guerra civil não somente não houve reprodução normal como ocorre um imenso desgaste dos fatores produtivos básicos. No momento, assistimos à sua reconstituição. Se, além disso, os recursos essenciais destinados à esta reconstituição fossem obtidos não mediante a acumulação com base na produção mas às custas do meio não-socialista pelos métodos anteriormente descritos, isto não significaria absolutamente que não existiu acumulação do primeiro tipo. Se a produção líquida anual da indústria estatal for igual, por exemplo, a 1.000 milhões de rublos, se a soma de todos os salários pagos durante o ano é de 700 milhões, e se não somente esses 1.000 – 700 = 300 milhões de rublos (invisíveis para o orçamento do Estado) como também mais 200 milhões, (visíveis e muito pesados para o *Narkomfin*) são destinados à reconstituição do capital fixo e do capital circulante, isto não significa de modo algum que não houve sobreproduto. Ele está presente no caso considerado. Além disso, cumpre acrescentar aos 300 milhões a soma de todos os impostos locais e estatais pagos pela indústria durante o ano, as despesas de seguro, etc. Evidente, estou supondo no presente caso que o valor do capital c transferido ao produto, quer dizer, do capital constante, igual no exemplo dado a 1.500 milhões, é calculado de modo correto e que as perdas da indústria resultantes e cálculos inadequados de depreciação e de preços baixos não absorvem o sobreproduto criado pelos operários. Suponho, além disso, que o cálculo é correto também no caso inverso, isto é, que o resultado dos preços de monopólio mais eleva-

1 Sobre a questão de saber qual é o termo mais correto – mais-valia ou sobreproduto – ver o próximo capítulo.

dos não é atribuído à produtividade do trabalho dos operários mas lançado sobre a economia privada como um imposto que, no caso particular, é cobrado de modo imperceptível graças a uma política de preços adequada.

Assim, desde o começo da acumulação socialista, o Estado dirige a produção apesar de seu caráter deficitário, esforçando-se somente em reduzir as perdas da economia como um todo, sem se preocupar com o *deficit* das empresas individuais que cumpre fazer funcionar (se não teríamos que paralisar o sistema de transporte). É desta diferença fundamental com relação à produção capitalista que decorre toda uma série de diferenças da mesma natureza. Mesmo quando a linha de pontos-zero no domínio da acumulação é ultrapassada, quando a economia estatal no seu conjunto realiza a mesma política de acumulação que realiza uma empresa capitalista individual, existe uma enorme diferença entre a acumulação capitalista primitiva e a acumulação socialista primitiva. Esta diferença não reside somente no fato de que o princípio de acumulação numa empresa estatal isolada e os princípios da acumulação em todo o complexo são duas coisas diferentes, fato extremamente importante para a política econômica dos trustes isolados. Esta diferença está ligada à seguinte circunstância: enquanto as empresas capitalistas eram, desde o início, de nível técnico e econômico mais elevado do que as empresas isoladas do modo de produção que elas deveriam eliminar ou submeter, quer dizer, a pequena produção, a produção socialista é obrigada a atravessar um longo período de acumulação de recursos materiais, durante a qual uma empresa isolada da economia estatal será inevitavelmente de nível técnico mais baixo e economicamente mais fraca do que uma empresa capitalista contemporânea de um Estado burguês evoluído.

Todo o sistema da economia estatal durante este período será inevitavelmente submetido, de um lado, ao objetivo da mais rápida acumulação possível de recursos necessários à reconstrução das bases técnicas da indústria através da eletrificação e da redistribuição das instalações industriais de modo economicamente racional em todo o território e, de outro lado, ao objetivo da salvaguarda deste novo sistema econômico contra o sistema econômico capitalista, ainda forte no momento presente. Neste sentido, o período da acumulação socialista primitiva, com suas leis próprias, será inevitável

não somente para os países agrícolas atrasados, como a União Soviética, mas também em parte, ao que tudo indica, para a economia socialista da Europa, na medida em que a economia européia atual (mesmo sem falar das destruições que deverão resultar da guerra civil) é econômica e tecnicamente inferior à da América do Norte capitalista. É somente nos países industriais mais avançados que a acumulação socialista primitiva se baseará, numa escala bem mais ampla, nos sobreprodutos dos operários, cabendo um menor papel aos recursos extraídos das formas pré-socialistas de produção, na Europa e nas colônias.

O capitalismo não tinha esses dois objetivos a serem atingidos na época da acumulação primitiva. Algumas medidas foram adotadas contra o artesanato mas elas foram antes o resultado de um fervor capitalista excessivo do que uma necessidade econômica na medida em que o capitalismo, mesmo nas condições de uma completa igualdade, esmagaria inteiramente a pequena produção. Por outro lado, nos países em que a industrialização avançou pouco, uma política alfandegária protetora, orientada para a defesa de uma dada indústria contra a concorrência de um país capitalista mais avançado, nada tem de comum, além de sua aparência superficial, com o protecionismo socialista. Trata-se aqui da proteção de uma indústria contra outra, *pertencendo ambas a um único e mesmo sistema econômico*. Diferentemente, discutimos aqui a proteção de um modo de produção que se encontra numa situação de fraqueza infantil contra outro sistema econômico que lhe é mortalmente hostil e que, mesmo no período de decrepitude senil, permanecerá inevitavelmente, durante algum tempo, econômica e tecnicamente mais forte que o novo sistema produtivo. Apenas por uma grande negligência teórica é que se pode ver no protecionismo socialista uma completa analogia com o protecionismo capitalista. A comparação só teria sentido no caso em que um país socialista, tendo uma indústria fracamente desenvolvida, estabelecesse taxas para proteger esta indústria contra a indústria socialista de um país mais avançado, em lugar de entrar como parte que recebe auxílio de um organismo econômico único do sistema socialista de todos os países em que o proletariado venceu. Teríamos então, tal como no capitalismo, direitos aduaneiros no interior de um mesmo sistema econômi-

co. Mas é pouco provável que tal situação tão absurda possa acontecer algum dia. Observemos a propósito que mesmo este exemplo, como outros extraídos da comparação dos sistemas econômicos capitalista e socialista revela uma diferença de princípio entre um e outro uma vez que o capitalismo se desenvolve baseado na concorrência e no antagonismo mútuo entre suas partes constituintes ao passo que a atração mútua, a assistência mútua e a tendência a um complexo econômico único constituem o método de expansão socialista no plano econômico (e também político). Este fato está ligado não somente a necessidades militares mas também a necessidades políticas.

Dissemos anteriormente que uma das características do capitalismo, particularmente durante o período da acumulação primitiva, é sua atitude impiedosa e bárbara, sua atitude de desperdício com relação à força de trabalho que busca utilizar como qualquer outra mercadoria comprada e contabilizada como elemento da produção. Os limites da exploração e da opressão são, a este respeito, os limites puramente fisiológicos (o operário necessita comer e dormir) ou a resistência da classe operária. Conseqüentemente, a relação de forças entre operários e capitalistas na luta econômica aparece como fator primordial que limita o ritmo e as dimensões da acumulação capitalista com base na produção. Ao contrário, desde sua vitória, a classe operária, objeto de exploração, transforma-se em sujeito da exploração. Ela não pode ter, a respeito de sua própria força de trabalho, de sua saúde, de seu trabalho e das condições em que este se realiza, a mesma atitude que tem o capitalista. E isto constitui uma limitação definitiva ao ritmo de acumulação socialista, limitação que a indústria capitalista não conheceu no primeiro período de seu desenvolvimento. Vimos, é verdade, o entusiasmo da classe operária, as restrições heróicas às quais se submeteu nos primeiros anos da organização da indústria estatal, em particular durante a guerra civil. Mas essas circunstâncias não constituem características de todo o período da acumulação socialista. A primeira diferenciação, perfeitamente visível, entre a economia estatal proletária e a economia capitalista típica reside no fato de que embora a economia estatal trabalhe para o mercado e apareça, no domínio das trocas, como uma produção mercantil, ela *começa*

(mas começa somente agora) a desempenhar com relação ao operário o papel de sistema de produção para o consumo dos produtores.

As leis que governam o movimento dos salários durante o período da acumulação socialista são inteiramente diferentes das leis dos salários durante o capitalismo na sua fase de acumulação primitiva. A prova mais concludente é dada pelo fato de que, em 1920, por exemplo, quando o desemprego era menor e a falta de força de trabalho qualificada era particularmente grave num certo momento (o que exigiu certas medidas de parte do *Narkomtrud* *), o salário era muito mais baixo do que em 1924, com 1.300.000 desempregados em todo o país. No sistema capitalista, em que as disparidades entre o nível de salários e o valor da força de trabalho são determinados pela oferta e procura da força de trabalho, pelo grau de organização e capacidade de resistência da classe operária, relações precisamente inversas deveriam ocorrer. Assim, durante este período, a lei dos salários esteve subordinada à lei da acumulação socialista, que encontra sua expressão nas restrições às quais se submete conscientemente a classe operária. Estas restrições substituem a resultante da luta espontânea entre o Trabalho e o Capital que determina o nível de salários e o da mais-valia no sistema capitalista de produção, se todos os demais fatores permanecerem constantes, ou seja, antes de tudo, com um dado nível de valor da força de trabalho. A acumulação socialista é uma necessidade para a classe operária mas ela se manifesta aqui como uma necessidade conscientemente compreendida.

O fato de que, na economia estatal da União Soviética, apesar de toda sua pobreza, a jornada de trabalho de oito horas tenha sido solidamente mantida e que anualmente sejam adotadas amplas medidas de proteção ao trabalho, só é possível na medida em que a classe operária é dona da produção. Com o atual volume de produção, algo de semelhante seria inteiramente impossível num sistema capitalista.

Entre as características do período de acumulação socialista primitiva, comparadas à do período capitalista, é necessário notar o

* *Narkomtrud* - Comissariado do Povo para o Trabalho (L.M.R.).

enorme desemprego que exige importantes despesas que são desviadas do fundo de acumulação – despesas que não tiveram que suportar os cavalheiros da acumulação capitalista primitiva que abriam suas primeiras fábricas e absorviam as reservas de força de trabalho da agricultura e do artesanato.

É necessário observar aqui que a horrível pobreza do período da guerra e da revolução, a enorme redução das necessidades habituais da classe operária desempenharam e desempenham o papel de um dos fatores de acumulação socialista, no sentido em que a classe operária, com tal passado tão recente, facilmente restringe seu próprio consumo nos anos em que os objetivos da acumulação socialista vêm em primeiro lugar.

A lei fundamental da acumulação socialista primitiva aparece como motor principal de toda a economia estatal soviética. Mas é provável que esta lei possua uma significação universal, com exceção talvez para os países que chegarão em último lugar à forma econômica socialista. A partir do que foi dito acima, no que concerne à redistribuição dos recursos produtivos materiais, podemos formular esta lei da seguinte maneira: *Quanto mais este ou aquele país, que passa à organização socialista da produção, é economicamente atrasado, pequeno-burguês e agrícola, menor será a herança que recebe para seu fundo de acumulação socialista o proletariado do país considerado no momento da revolução social – e mais, relativamente, a acumulação socialista será obrigada a se apoiar sobre a apropriação de uma parte do sobreproduto das formas pré-socialistas da economia e menor será a parte específica da acumulação retirada de sua própria base de produção, quer dizer, menos ela se alimentará do sobreproduto dos trabalhadores da indústria socialista. Ao contrário, quanto mais este ou aquele país, em que a revolução social é vitoriosa, for econômica e industrialmente desenvolvido, mais será importante a herança material – sob a forma de indústria altamente desenvolvida e agricultura organizada de modo capitalista – que o proletariado deste país recebe da burguesia após a nacionalização; quanto menor for a parte específica no referido país das forças pré-capitalistas, mais será necessário para o proletariado reduzir as trocas não-equivalentes de seus produtos contra os das antigas colônias e mais o centro de gravidade da acumulação socialista se deslocar-se-á para a produção com base*

nas formas socialistas, quer dizer, apoiar-se-á no sobreproduto de sua própria indústria e sua própria agricultura [1].

O período de uma prévia acumulação socialista é não somente um período de reunião dos recursos materiais da nova economia com vistas à sua vitória definitiva sobre a forma capitalista mas é ao mesmo tempo um período de luta direta da economia estatal com a economia privada, luta que prossegue também ao longo da linha de distribuição das forças de trabalho. Uma das questões mais interessantes da teoria da economia soviética é de saber como, sob que formas concretas, produzir-se-á a eliminação de todas as formas pré-socialistas pelo sistema econômico socialista, historicamente superior. Além disso, a questão se divide da seguinte maneira: em primeiro lugar, em que os métodos de luta da forma socialista com a economia privada, durante o período da acumulação socialista prévia, se distinguiriam dos métodos de luta na época da indústria autenticamente socialista e, em segundo lugar, que diferença existe nas relações mútuas da forma socialista com a forma capitalista, de um lado, com a pequena produção mercantil, de outro?

Que aconteceu quando da vitória do modo capitalista de produção sobre as formas pré-capitalistas? Eis o que Marx disse a respeito: "Com o progresso da produção capitalista desenvolvem-se também suas condições: ela submete ao seu caráter específico, às suas leis imanentes, todas as premissas sociais nas quais se realiza o processo de produção" [2]. "... A tendência do modo capitalista de produção consiste em transformar, na medida do possível, toda produção em produção mercantil: o principal instrumento desta transformação é precisamente o encadeamento de toda produção ao processo da circulação capitalista. A própria produção mercantil desenvolvida já é produção mercantil capitalista. A penetração do capital industrial acelera em toda parte esta transformação e, concorrentemente, a de todos os produtores diretos em operários assalariados" [3].

1 Bem entendido, esta lei deve sofrer certas modificações em caso de transferência de meios de produção de um país socialista desenvolvido para outro atrasado.
2 *O Capital*, Livro III. Primeira Parte.
3 *O Capital*, Livro II.

"... as mesmas condições que criam a condição fundamental da produção capitalista – existência de uma classe de operários assalariados – facilitam a transição de toda a produção mercantil em produção mercantil capitalista. Na medida em que se desenvolve, a produção capitalista age como instrumento de destruição e de desorganização em todas as formas de produção mais antigas que, mais especialmente orientadas para o consumo direto do produtor só transformam em mercadoria o excedente de seu produto. A produção mercantil capitalista faz da venda do produto o objetivo principal, no início, aparentemente sem afetar o próprio modo de produção. Tal foi, por exemplo, o primeiro efeito do comércio capitalista mundial sobre povos como os chineses, os índios, os árabes, etc. Mas depois, tendo adquirido raízes, a produção capitalista destrói todas as formas da produção mercantil cuja base era constituída pelo próprio trabalho do produtor ou simplesmente pela venda, sob a forma de mercadoria, do excedente do produto. No começo, ela dá à produção mercantil um caráter geral; depois transforma progressivamente toda produção mercantil em produção capitalista" [1].

A produção capitalista só não é perigosa para a economia natural quando esta não tem nenhum ponto de contato com aquela, quando os dois sistemas constituem dois vasos absolutamente sem comunicação entre si. A economia natural simplesmente recusa o combate, na medida em que ela não é arrastada nas trocas monetárias de mercadorias. O capitalismo desempenha, então, o papel do atleta que, inutilmente desafia o outro para o combate e chama para a arena seu fraco adversário que permanece quieto, sem replicar. É somente quando este adversário mais fraco é arrastado para a arena capitalista através do desenvolvimento das trocas mercantis que ele é obrigado a dobrar a espinha na luta acarretada pela livre concorrência.

É importante sublinhar aqui que as vantagens econômicas que cada empresa capitalista possuía sobre as formas econômicas mais primitivas eram amplamente suficientes, mesmo no período manufatureiro do capitalismo, para assegurar a vitória do modo capitalista de produção sobre os modos de produção natural ou pequeno-burguês. A violência desempenhou aqui um papel auxiliar. Ela acelerava o processo de desenvolvimento capitalista, principalmente no sentido de forçar a economia natural a entrar na arena de luta. As teorias "manchesterianas" da burguesia não eram apenas o produto de uma defesa contra o absolutismo e suas ingerências no processo econômico em detrimento do Terceiro Estado mas também o resultado de uma tomada de consciência do capitalismo relativamente à sua supremacia puramente econômica sobre as formas pré-capitalistas, supremacia que se apoiava sobre a velha experiência de uma luta de concorrência coroada de êxito. Cada empresa capitalista tomada isoladamente era ao mesmo tempo técnica e economicamente mais forte que qualquer empresa artesanal ou que um grupo delas. Uma peça de pano, fabricada em x unidades de tempo na empresa capitalista, foi a arma mortal do capitalismo em sua luta contra o tecelão manual, que produzia esta peça com uma despesa de duas ou três unidades de tempo de trabalho. Foi o consumidor que decidiu o resultado do combate: comprando o produto mais barato, ele votava pelo modo capitalista de produção e o apoiava contra o artesanato passando a ser comprador da produção capitalista.

A indústria estatal no período da acumulação socialista primitiva encontra-se numa situação completamente diferente da indústria capitalista no período correspondente. A mesma coisa ocorre com a empresa isolada da indústria estatal face à empresa tipicamente capitalista do mesmo gênero. Isto não deve ser perdido de vista um só instante quando nos colocamos a questão crucial de saber como, de modo geral, pode e deve desenvolver-se o processo de eliminação da forma capitalista em benefício da forma socialista. A noção vulgar, segundo a qual a forma socialista se imporá sobre a forma capitalista na luta concorrencial desde o primeiro período de sua existência, do mesmo modo como a fábrica capitalista impôs-se sobre o artesanato, constitui uma analogia grosseira com o passado, analogia superficial e desprovida de espírito crítico. Ela não esclarece a questão mas obscurece todo o problema. É evidentemente muito mais fácil fazer tais analogias superficiais e desprovidas de espírito crítico do que compreender a particularidade original do

[1] *O Capital*, Livro II.

período de acumulação socialista primitivo. Muitas dessas analogias podem ser encontradas em nossa literatura econômica depois do fim do Comunismo de Guerra com um êxito dos mais medíocres. A política econômica do Estado proletário, na medida em que foi correta e não se perdeu no caminho de semelhante "machesterismo" socialista, realizou de modo tateante e espontâneo algo precisamente oposto ao que decorria lógica e praticamente de analogias desse gênero que, durante certo tempo, substituíram a análise marxista científica de nossa economia.

Na atualidade, nossa economia estatal é mais fraca, econômica e tecnicamente, do que a economia capitalista da Europa e da América do Norte. A economia soviética da Europa será mais fraca, depois da vitória da ditadura do proletariado, do que a economia da América capitalista. No período inicial de seu desenvolvimento, a forma socialista – em conseqüência da ausência tanto das premissas materiais necessárias para a reedificação de sua base técnica como das premissas necessárias à cultura e à educação socialista do proletariado trabalhador – não pode desenvolver todas as vantagens organicamente inerentes ao socialismo que o tornam historicamente mais progressista do que o capitalismo. No curso do período da acumulação prévia, como dissemos mais acima, a forma socialista ainda não manifesta todas suas vantagens mas perde algumas delas em relação com as que oferece a economia capitalista. Ao contrário, esta última permanece armada dos pés a cabeça de todas suas vantagens fundamentais, fato que, mesmo durante o período de declínio do capitalismo, geralmente torna impossível para a forma socialista a luta concorrencial em pé de igualdade com o capitalismo. Para a economia estatal do proletariado seria um suicídio completo (e dos mais estúpidos) tentar vencer o capitalismo na arena da livre concorrência a partir do estádio atual do desenvolvimento da economia socialista. Esta seria desintegrada e, finalmente, vencida nesta luta. É preciso não esquecer que toda nossa economia estatal é, sendo todas as coisas iguais, mais fraca do que a economia capitalista, e uma empresa estatal é igualmente mais fraca do que uma empresa capitalista. (Para fins de comparação, diria que nossa indústria estatal, de 1918 a 1925 era ainda mais fraca do que nossa grande indústria de antes da guerra). Com relação à indústria capitalista estrangeira, isto se revela no fato de que os produtos indus-

triais soviéticos são, na sua maioria, mais caros e piores do que os produtos estrangeiros e não poderia ser de outro modo [1]. No interior do país, a indústria privada só é mais fraca porque não permitimos condições de igualdade para a luta. As empresas mais importantes e tecnologicamente superiores se encontram, desde o início em mãos do Estado. E, em segundo lugar, e o que é mais importante, a indústria privada se encontra colocada, em todos os demais aspectos, em condições menos vantajosas que a indústria estatal. Graças a uma política socialista inteiramente correta, a economia estatal e conseqüentemente as empresas estatais isoladas – mas somente *enquanto parte deste conjunto* – são superiores às empresas privadas, quer dizer, são superiores nas condições de desigualdade. Porém, se isto acontece atualmente – e este é precisamente o caso – é porque a vitória da forma socialista sobre a forma capitalista no período de fraqueza econômica e técnica da economia estatal, quer dizer, no período de acumulação socialista primitiva, não pode de modo algum ocorrer como conseqüência da luta concorrencial de empresas estatais isoladas ou de grupos dessas empresas com empresas capitalistas análogas. Falta às empresas estatais, para serem vitoriosas neste tipo de luta, uma coisa importante que as empresas capitalistas possuíram na sua luta contra o artesanato: superioridade econômica e técnica individual sobre as empresas da forma historicamente inferior. Mas se a forma socialista deve vencer, e ela já começa a vencer progressivamente nesta etapa de acumulação socialista prévia (a própria acumulação, ou seja a reprodução socialista ampliada já é um produto da luta, um de seus troféus), cumpre recorrer a outros elementos que escapam do quadro da luta concorrencial entre empresas individuais de dois sistemas econômicos diferentes. Em que consistem esses elementos? Onde reside esta particularidade que distingue a expansão socialista da expansão capitalista e que torna a forma socialista mais sólida na luta contra a forma capitalista?

1 A técnica de nossa indústria têxtil, por exemplo, estava, depois da revolução, quinze anos atrasada com relação à técnica inglesa.

A primeira particularidade consiste no fato de que a economia estatal não se lança à luta e não pode se lançar a não ser como um todo único. Uma empresa estatal isolada, destacada do todo e abandonada à luta concorrencial não se manterá e provavelmente será vencida. Mas esta mesma empresa, fazendo parte do complexo único da economia estatal, tem atrás dela toda a força deste complexo e, com isso, não mais aparece como uma empresa ou truste isolada de tipo capitalista antigo, mesmo quando ela está "colocada em regime de contabilidade comercial" e é externamente semelhante a uma empresa individual da economia mercantil ou a um truste capitalista. *Do mesmo modo como o trabalho baseado na cooperação representa alguma coisa superior à soma da força de trabalho de indivíduos unidos por este trabalho cooperativo, o complexo integral da economia estatal é também alguma coisa a mais do que a soma aritmética de todas as empresas e de todos os trustes que a constituem.* Uma força suplementar resulta, aqui, da imensa cooperação de novo tipo – conseqüência do efeito de uma grande massa econômica organizada. Quando nossos trustes foram criados e submetidos ao regime de contabilidade comercial, a aparência externa desses trustes, seu aspecto capitalista e seus métodos capitalistas de cálculo deram a uma série de economistas vulgares o pretexto para criar algo no gênero de uma "teoria" da luta concorrencial entre as empresas estatais individuais e as empresas capitalistas – teoria que conseguiu de modo suspeito adeptos de formação marxista ou pelo menos, cultos, e espíritos superficiais e filisteus da "ciência" burguesa.

Mas as necessidades práticas da imensa máquina da economia estatal e suas diferentes partes, a política efetiva imposta a esta máquina por sua necessidade econômica, são coisas muito mais sérias do que esses preconceitos pequeno-burgueses que constituem uma tentativa de fazer passar como o tipo normal das relações mútuas entre os trustes, e entre eles e o mercado privado, manifestações superficiais que aparecem temporariamente quando da passagem da economia estatal da época do Comunismo de Guerra ao período da acumulação socialista (ou como se convencionou dizer entre nós, à NEP [1]), quer dizer, manifestações de uma certa desorganização, de

1 A Nova Política Econômica era "nova" na medida em que a lembrança da "antiga" política econômica da fase do Comunismo de Guerra, à qual se opôs, permanecia viva. Cumpre pôr de lado este termo. O começo foi marcado pela sigla N E P que se empregou simultaneamente em três sentidos diferentes para designar: 1) a nova política econômica; 2) todo nosso sistema misto de economia mercantil-socialista; 3) o princípio burguês em nossa economia. Em lugar de "nova política econômica" é mais justo e mais racional dizer atualmente: política de acumulação socialista; período de acumulação socialista.

uma certa dispersão dos trustes, de uma certa ineficiência administrativa, etc. Entretanto, desde que o período de reorganização, de ajustamento das forças econômicas da economia estatal às condições de trocas mercantis foi alcançada, desde que foram dados os primeiros passos na nova conjuntura, começou um processo de "agrupamento" da economia estatal como uma totalidade única, de procura tateante e de utilização prática das vantagens que a cooperação de grandes massas econômicas oferece e, finalmente, de retrocesso progressivo do campo da "livre" concorrência entre a economia estatal e a economia privada [1].

Outro elemento que fortalece a forma socialista na sua luta contra a forma capitalista e que nada tem de comum com a luta da livre concorrência (muito pelo contrário) é a fusão do poder estatal com a economia estatal. No período da acumulação capitalista primitiva, o Estado favoreceu este processo, utilizando inclusive a violência; mas o apoio dado pelo Estado ao desenvolvimento capitalista, tal como a oposição deste Estado, enquanto Estado feudal, a este desenvolvimento, nada tem de comparável ao papel que desempenha o Estado proletário no processo econômico. No passado, somente o período do capitalismo de Estado militar da época da guerra imperialista pode oferecer alguma idéia do papel do Estado entre nós. A experiência do capitalismo de Estado militar na Alemanha durante os anos de 1914-18 mostrou como a fusão do Estado capitalista com a economia capitalista pode aumentar a força e estabilidade de um mecanismo político-econômico a um grau muito elevado. Na ditadura do proletariado, este processo de fusão vai muito

1 O que levou durante certo tempo todos os contra-revolucionários a lançar gritos histéricos a propósito de um retorno aos métodos do Comunismo de Guerra era, em realidade, apenas o processo de consolidação da economia estatal e o começo da passagem aos métodos de luta desta última por sua existência e desenvolvimento que serão característicos de todo o período da acumulação socialista primitiva.

mais longe. O Estado proletário e a economia proletária constituem um todo único no pleno sentido da palavra. Esta combinação da força política e econômica aumenta a um grau muito importante tanto a força política do Estado como a força econômica da economia estatal. Já mostramos acima o enorme papel que desempenham os métodos não-econômicos de acumulação socialista. O poder do Estado proletário sobre o sobreproduto da economia privada (nos limites, bem entendido, do que é economicamente possível, racional e tecnicamente acessível) não somente é em si mesmo um instrumento de acumulação primitiva mas também uma reserva permanente desta acumulação, um fundo potencial, por assim dizer, da economia estatal. De outro lado, o monopólio do comércio e nossa barreira defensiva de direitos aduaneiros, contra a qual se quebram as ondas da lei do valor da economia mundial, são uma realização da força política interna do Estado proletário e do apoio que lhe dá, externamente, o proletariado mundial. O alcance econômico da utilização destas forças, neste aspecto, tem uma importância direta e decisiva para toda a existência da forma socialista na infância de seu desenvolvimento.

Chegamos, assim, à conclusão de que, se existe entre a expansão capitalista e a expansão socialista uma semelhança formal, ou seja, se ambas possuem uma tendência imanente e específica de se desenvolver não somente utilizando seus próprios recursos, mas também através da eliminação dos modos de produção historicamente ultrapassados e sua exploração constante, em compensação, os métodos de luta contra as formas antigas diferem completamente no capitalismo e no socialismo. O capitalismo obtém a vitória de modo disperso, nas condições de uma livre concorrência com as formas econômicas pré-capitalistas. O socialismo obtém a vitória graças ao caráter compacto da economia estatal que atua como um todo único e se encontra amalgamada ao poder político nas condições de uma limitação sistemática e de uma quase surpresa da livre concorrência. A existência aparente de uma livre concorrência depois da supressão da política do Comunismo de Guerra não passava de uma medida pedagógica destinada a estimular e a racionalizar o trabalho das empresas estatais e não significava um retorno à forma de relações mútuas com o antigo modo de produção que, historicamente, era próprio ao capitalismo no primeiro e segundo está-

gio de seu desenvolvimento. O socialismo tem como forma inerente *sua própria forma de relações mútuas com as formas pré-socialistas* que não pode, de modo algum, ser um renascimento da conjuntura de acumulação capitalista primitiva e nem tampouco um renascimento desta livre concorrência que o próprio capitalismo ultrapassou ao entrar na fase das uniões monopolísticas. Nada podemos dizer das formas através das quais se realizará a eliminação pelo socialismo dos outros sistemas econômicos de produção durante o período em que a economia socialista terá começado a utilizar suas novas bases técnicas. Porém, para o período que atualmente examinamos, referente à acumulação socialista primitiva, estes são os métodos para estimular a reprodução socialista ampliada: limitação ou mesmo supressão da livre concorrência; utilização total das vantagens do monopólio estatal; luta da economia estatal como um complexo único; e combinação de meios econômicos e meios políticos.

Por outro lado, no que concerne as mútuas e diretas relações da economia estatal com o modo pequeno-burguês de produção, ocorre aqui, possivelmente, algo de tão novo na história econômica da sociedade humana como a própria economia socialista. Ao submeter o neo-capitalismo, a economia estatal submete também outras coisas que estão subordinadas ao neo-capitalismo, especialmente os elementos da produção mercantil simples de onde este capitalismo de segunda moedura nasce. Mas, ao lado disso, todo um sistema de relações mútuas diretas entre a pequena produção e a economia estatal é inevitável. A natureza dessas relações mútuas deve ser definida da seguinte maneira. A pequena produção se desenvolve de três modos. Uma parte permanece na situação de pequena produção durante um longo período; a segunda se organiza em cooperativas [1] através de uma via capitalista; a terceira, evitando este último caminho, se associa em torno de um novo modo de cooperação que constitui um tipo particular de transição da pequena

1 Refiro-me aqui não à cooperação de consumo ou de outro tipo, no sentido habitual, mas da cooperação enquanto trabalho associado, quer dizer, no sentido em que Marx fala da cooperação nos capítulos do primeiro livro de *O Capital* consagrados à manufatura e à máquina.

produção para o socialismo, sem passar pelo capitalismo e sem absorção da pequena produção pela economia estatal [1].

Sob a ditadura do proletariado, esta nova forma de cooperação, das quais uma das fontes é manifestamente constituída por comunas e *artels* * camponeses, deve ainda se desenvolver. Deste modo, não podemos oferecer uma análise teórica do que ainda não existe mas deve nascer. A este propósito, notemos que ainda não encontramos métodos de utilização do monopólio estatal em benefício da cooperação, que daria resultados máximos nas condições em que a liberdade de concorrência do capitalismo é limitada [2].

Para terminar com a questão em discussão, devemos acrescentar o seguinte: no período da acumulação socialista primitiva, embora a economia estatal não tenha ainda criado sua própria técnica ela está em condições de aproveitar as vantagens de um complexo unificado e organizado, inacessível ao capitalismo, o qual perde muito de suas forças em razão do caráter anárquico de sua estrutura. As tentativas de aproveitamento dessas vantagens durante o período do Comunismo de Guerra não deixaram de ter êxito mas seus frutos se perderam, engolidos neste abismo do *deficit* econômico global que caracterizou este sistema econômico. Atualmente essas vantagens seriam bem mais acentuadas se nós finalmente empreendêssemos a tarefa primordial de organização e, ao mesmo tempo, de administração da economia estatal como um todo único, tarefa que é importante também do ponto de vista político.

É necessário ao mesmo tempo mencionar outra vantagem que o capitalismo possui sobre a economia estatal ou seja, de dispor com antecedência, num estágio inferior, do material humano que lhe é necessário: um tipo de agente da produção e distribuição educado no trabalho pelos estímulos capitalistas e adaptado à disciplina capitalista. Ao contrário, o tipo de "trabalhador da economia estatal", enquanto tipo social particular, existe apenas em germe, fato que obriga o novo sistema econômico a se apoiar sobre os "velhos tipos" sofrendo assim um enorme prejuízo em conseqüência da incompetência, dos abusos, etc. Como veremos num capítulo especial do segundo volume, a acumulação de hábitos socialistas e a acumulação da cultura socialista têm um alcance muito importante na luta da produção socialista com a produção capitalista. Pelo menos durante o primeiro decênio, o capitalismo possui neste aspecto uma manifesta superioridade sobre o socialismo porque detém os frutos de uma acumulação cultural secular.

Outra causa da firmeza da forma capitalista na sua luta com a forma socialista, que aparece de modo particularmente nítido no pequeno e médio comércio, consiste no fato de as empresas privadas explorarem o trabalho de seus operários e empregados, e mesmo dos patrões, transgredindo todos os limites autorizados pela legislação soviética relativa à proteção do trabalho. O sistema socialista não pode diminuir por estes meios seus custos de produção e de circulação. E durante o período em que o socialismo não pode vencer a economia privada no plano econômico, esta vantagem da economia privada tem enorme importância, especialmente no comércio. Com o sistema de auto-exploração dos comerciantes, na ausência entre eles de custos de contabilidade, com a confiança pessoal do patrão em seus empregados (produto da adaptação do trabalhador às exigências das relações capitalistas), é pouco provável que o comércio estatal chegue um dia a ter despesas menores por unidade de circulação. Uma vantagem do socialismo (a rigorosa proteção do trabalho) transforma-se aqui em benefício para o capitalismo na medida em que se trata da competição em matéria de redução dos custos de circulação.

Depois de tudo o que foi dito, o problema dos empréstimos externos e *concessões* no período da acumulação socialista será mais claro para nós. Por um lado, o empréstimo exterior a longo prazo aparece como uma das formas de exploração da nova economia pelo capital estrangeiro. Porém, ele pode acelerar enormemente o processo de acumulação socialista. Ele implica um crescimento isolado, por saltos, do fundo de acumulação socialista; ele acelera o

1 Depois que essas linhas foram escritas este processo realizou grandes progressos.

* *Artel* – Sociedade cooperativa na qual a propriedade pertence a associações de trabalhadores (L.M.R.)

2 A tarefa histórica do capitalismo consiste, entre outras, em transformar, através das trocas, todas as formas econômicas em partes de um único organismo econômico. Com isso mesmo, a pequena produção, ela também, desde o começo, tem possibilidade de entrar em relação direta com a produção estatal.

processo de reequipamento da economia estatal e reduz, conseqüentemente, o período em que a indústria estatal deve passar na escola preparatória para o socialismo. Os empréstimos externos dão a possibilidade de ocupar dezenas e dezenas de milhares de desempregados atualmente afastados da produção em razão da falta de elementos materiais de produção entre as mãos do Estado. Com isso, esses desempregados podem transformar-se em participantes da acumulação socialista.

Teoricamente falando, os empréstimos estrangeiros constituem uma síntese da acumulação capitalista e da acumulação socialista. Porém, podem tornar-se muito mais um fator de acumulação socialista do que de acumulação capitalista durante o período de declínio do capitalismo. Os juros que a economia estatal pagará por eles serão indubitavelmente menores do que os novos valores que entrarão no fundo de acumulação socialista. Ademais, está evidentemente subentendido que o Estado tem plena liberdade para empregar tais créditos e que a obrigação de pagar os juros é o único laço entre o credor e o devedor. É interessante lembrar que os investimentos de capitais por parte de países economicamente decadentes nos organismos capitalistas mais jovens e em desenvolvimento desempenhou grande papel durante o período de acumulação primitiva. Assim, quando Veneza perdeu sua hegemonia sobre o comércio mediterrâneo, os recursos acumulados pelo capital veneziano começaram a ser investidos nos Países-Baixos. Depois de certo tempo, entretanto, os capitais começaram a emigrar dos Países-Baixos para a Inglaterra, e depois da Inglaterra para a América. "No começo do século XVIII, as manufaturas holandesas eram amplamente superadas pelas manufaturas inglesas. A Holanda deixava de ser a nação comercial e industrial dominante. De 1700 a 1776, o empréstimo de enormes capitais, em particular para seu poderoso concorrente, a Inglaterra, tornou-se uma das principais empresas dos holandeses. A mesma coisa está acontecendo atualmente entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Muitos capitais, que aparecem atualmente nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, eram ontem ainda, na Inglaterra, o sangue capitalizado de crianças" [1].

1 *O Capital*, Livro Primeiro, Primeira Parte.

Em todo caso, se por exemplo, os recursos do decadente capitalismo europeu pudessem emigrar em grande escala para a jovem economia soviética isto seria uma vantagem, não para o capitalismo mas para o socialismo, durante o período entre os dias atuais e a revolução proletária na Europa. Se, neste processo, a malignidade do espírito hegeliano mundial deve manifestar-se no fato de os capitais serem atraídos pelo lucro, nem por isso vale a pena se lamentar por um juro mais elevado do que o habitual [2].

As coisas são diferentes no que diz respeito às *concessões*. As relações entre a acumulação socialista e a acumulação capitalista aqui são inversas. Quem organiza a acumulação é o capital privado, recebendo o Estado soviético, em troca, juros sob a forma de impostos sobre a produção, aluguel, privilégios de compra, etc. Mas este aspecto negativo das *concessões* não reside no fato de o Estado soviético receber menos mais-valia do que o capitalista. Por uma concessão outorgada vantajosamente, nosso Estado recebe mais alguma coisa para seu fundo de acumulação onde ele não teria geralmente recebido nada sem o concessionário, sempre aumentando com uma soma mais elevada a renda nacional do país que se compõe de $v + m$. O aspecto negativo essencial da *concessão* reside no fato de que a economia estatal do período da acumulação socialista primitiva, quer dizer, durante seu período mais fraco, deve aí entrar em contacto direto com o capital estrangeiro, armado dos pés à cabeça de sua técnica e de seus excedentes de capital fixo e circulante, e que possui em sua retaguarda burguesa grandes reservas de capital não utilizadas. Quando amplas *concessões* forem oferecidas nos ramos essenciais da indústria estatal, que sofre da falta de capital, ficará claro, desde o início, que essas empresas concessionárias não se encontram numa situação de igualdade com as empresas estatais, confirmando-se imediatamente as vantagens que a indústria capitalista estrangeira desenvolvida possui sobre a indústria soviética. Aqui a barreira alfandegária será eliminada e haverá competição entre dois sistemas econômicos numa relação de forças desfavorá-

2 Infelizmente, há menos motivo para acreditar que o capital mundial procure a solução do problema dos novos mercados e da exportação de capital sob esta forma do que através de uma nova intervenção contra a União Soviética.

vel à economia estatal. O resultado final pode revelar que um excesso de *concessões* infiltrado no organismo da economia estatal pode levar à sua decomposição, tal como o capitalismo, anteriormente, decompôs a economia natural que lhe era inferior. Esta decomposição se expressará também, entre outras maneiras, pelo fato de que os operários das empresas capitalistas encontrarão melhores condições materiais do que os da indústria estatal, o que não deixa de ter conseqüências políticas. Tudo isto, bem entendido, relaciona-se apenas ao primeiro período de existência da economia estatal ao período de acumulação primitiva. Em compensação, quando a forma socialista se reforçar econômica e tecnicamente, as *concessões* não mais serão perigosas. Mas, então, elas serão menos necessárias pois é somente a extrema pobreza em capitais que nos obriga a entrar pelo caminho das *concessões*. O que acaba de ser dito não se aplica evidentemente às *concessões* adotadas numa escala modesta, fora dos centros econômicos da URSS e dos ramos de produção decisivos. As *concessões* florestais constituem um exemplo das *concessões* mais vantajosas e menos perigosas.

Em todo caso, a prudência no que diz respeito à política das *concessões* aparece como o reflexo da mesma necessidade econômica que obriga a economia da URSS a manter por todos os meios o monopólio do comércio exterior e um protecionismo extremado. Novamente trata-se aqui de assegurar as premissas necessárias para a acumulação socialista pois, aqui também, estamos em presença da luta que se trava entre a acumulação socialista e a lei do valor da economia capitalista mundial.

A Luta Entre as Duas Leis

Passamos agora ao último problema, o mais interessante do ponto de vista teórico que é questão da luta entre as duas leis – a lei do valor e a lei da acumulação socialista no interior da economia soviética.

Vimos, na exposição precedente, que toda a política econômica do Estado soviético e todo o sistema da economia estatal estão submetidos à lei da acumulação socialista. Não se pode falar de nenhuma lei de movimento dos salários na economia estatal soviética,

nem de nenhuma teoria do salário sem a análise da lei da acumulação socialista e de sua manifestação neste setor econômico. A esta mesma lei estão submetidos – e se não o estão atualmente, estarão inevitavelmente no futuro – a política de preços referente à produção da indústria estatal, o sistema das tarifas das estradas de ferro e as tarifas fluviais. À lei da acumulação socialista está submetida a estrutura da parte do orçamento constituída pelas rendas assim como o sistema de taxação da economia privada em benefício da economia socialista (evidentemente com as correções que devem ter em conta o que é economicamente possível e politicamente racional). À lei desta acumulação está submetida a estrutura da parte do orçamento consagrada às despesas. O monopólio do comércio externo e o sistema de protecionismo socialista constituem a defesa da economia socialista num dado estágio, quer dizer, a proteção de certo domínio reservado para a acumulação socialista contra a interferência dos representantes da acumulação capitalista no interior desses limites. À lei da acumulação socialista está submetido todo nosso sistema de crédito, tanto por seus métodos de organização como pelos princípios de sua política e, antes de tudo, pelos princípios de repartição dos recursos creditícios do país. A esta mesma lei está submetida nossa política comercial no interior do país, com suas incessantes tentativas de expulsar a economia privada da circulação e de aplicar uma série de medidas orientadas para regulamentação do mercado interno. Esta regulamentação [1] constitui uma luta em prol de outra forma de organização do trabalho e, do ponto de vista da repartição dos recursos materiais, constitui também uma limitação do ritmo e das dimensões da acumulação capitalista no processo de circulação, um aumento da acumulação socialista neste domínio e, ainda, a realização das duas coisas ao mesmo tempo. Nossa política de proteção do trabalho é, de um lado, uma polí-

1 De modo geral, os princípios reguladores de nossa economia são as sementes da organização do novo sistema econômico – do sistema da economia estatal organizada. Porém, num determinado estágio, estas sementes criam raízes e adquirem força realizando *antes de tudo as funções de acumulação socialista primitiva*, compreendendo igualmente neste termo a luta pela existência de todo o complexo numa situação dada. Desenvolvendo-se historicamente com relevância nesta função, eles desempenharão posteriormente outro papel.

tica de salvaguarda e melhora qualitativa da força produtiva mais importante, do elemento mais importante da acumulação socialista, ou seja, a força de trabalho do proletariado. Por outro lado, em sua extensão à economia privada, esta política implica uma redução do ritmo e das dimensões da acumulação capitalista.

Numa palavra: todos os processos essenciais no interior da economia estatal, todos os princípios universais da política econômica do Estado proletário estão antes de tudo e mais do que tudo submetidos, *no seu atual estágio de desenvolvimento*, à necessidade econômica da maior acumulação possível, da maior poupança possível. Esta política não é realizada em toda parte de modo suficientemente completo e com um sentido de continuidade satisfatório; por exemplo, ela não é aplicada na luta contra o consumo improdutivo, etc., mas isto é apenas uma questão de tempo.

Entretanto, a economia estatal soviética é apenas uma parte do conjunto econômico do país. Uma grande parte dos valores são criados na economia privada, mais exatamente na esfera da produção mercantil simples, como veremos no volume seguinte a partir da análise numérica de nosso orçamento. No seu conjunto, nosso sistema econômico é um sistema mercantil-socialista. A lei da acumulação socialista tem suas raízes antes de tudo nos setores socialistas mais importantes da economia, quer dizer, na economia estatal e apenas numa certa medida estende sua ação à economia privada enquanto um meio estranho. Num sentido contrário, a lei imanente da economia simples e capitalista, a lei do valor, estende também sua ação sobre a economia estatal. Dado que a economia da URSS constitui um exemplo absolutamente sem precedentes na histórica econômica de coexistência de dois sistemas econômicos diferentes e antagônicos por sua natureza, com dois tipos diferentes de regulação, esta economia deve ser também a arena, não somente de uma luta mas também de certo equilíbrio e, conseqüentemente, na prática, de coexistência de duas leis econômicas distintas.

A lei da acumulação socialista está limitada pela "democracia" da economia mercantil, com suas tendências de desenvolvimento e seus próprios métodos de regulação. A economia mercantil é limitada, englobada e, se quisermos, comprimida pela lei da acumulação socialista, pelas leis do desenvolvimento do corpo socialista que

lhe é estranho. Deste modo, nossa economia, sem ser ainda socialista, já não é puramente mercantil.

A questão da classificação econômica e científica de nosso sistema econômico suscitou e suscitará ainda numerosas discussoes durante certo tempo (de curta duração, esperemos). Entre nós, durante uma época, foi considerado como o máximo do realismo em negócios e da coragem comunista tratar nossa economia como uma variedade da economia mercantil, apenas alterada pela existência da propriedade estatal no tocante à grande indústria. Este ponto de vista supunha tacitamente a existência, na economia soviética, de uma única lei fundamental atuando na economia mercantil: a lei do valor. Se assim fosse, sob a influência desta lei que exerce sua pressão do interior e do exterior, a indústria estatal deveria ser absorvida na NEP ou a dissolver-se imediata e completamente; o monopólio estatal deveria tornar-se cada vez mais fictício; as empresas deficitárias deveriam fechar suas portas e somente as empresas rentáveis deveriam subsistir, etc. O sistema de transporte e a metalurgia, em particular, deveriam deixar de funcionar ou passar às mãos do capital estrangeiro, etc. Nós nada observamos de tudo isso mas pelo contrário vimos como se desenvolve e se reforça progressivamente um processo precisamente inverso, que marcha paralelamente com o desenvolvimento do caráter mercantil da economia camponesa. Por que as coisas se passam desta maneira? Se este processo se desenrola, não de acordo com a linha do regulador da economia mercantil mas contra ela, se a indústria estatal se desenvolve e se reforça de modo inverso e contra a ação da lei do valor, isto só é possível porque outra lei se opõe à lei do valor, modificando-a, desviando-a ou eliminando-a parcialmente. Já discutimos um pouco qual é esta lei.

Esta conclusão tem enorme importância para a correta compreensão de nosso sistema econômico e das tendências fundamentais de seu desenvolvimento. Porém, constatando a presença na economia soviética de duas leis fundamentais, não chegamos ainda a responder à questão de saber qual é a importância econômica própria de cada uma delas e sua dinâmica. Isto deve ser objeto de uma análise particular. É suficiente observar que somente a partir do reconhecimento de ambas as leis enquanto premissa de todo estudo concreto das tendências gerais da economia soviética seremos

capazes de compreender corretamente um conjunto de características novas e originais desta economia. Essas características e esses novos fenômenos não podem ser deduzidos do desenvolvimento da economia mercantil enquanto tal. Esta é a razão pela qual os que classificam a economia soviética como uma economia mercantil devem deixar esses fenômenos sem explicação ou acumular uma montanha de "exceções" que reclamam gritantemente uma lei geral ou ainda (coisa que é mais freqüente) incluí-los judiciosamente na conta das particularidades de uma "economia sob a ditatura do proletariado". Considero que já ultrapassamos o estádio de uma "análise teórica" desta natureza e que a repetição, depois de muitos anos, destas mesmas frases sobre a NEP já nos fatiga há muito em razão de sua esterilidade e falta de originalidade.

Examinemos, portanto, até onde vai na economia soviética, a ação das leis da produção mercantil, particularmente sua influência em nossa economia estatal e, por outro lado, até que ponto as leis da produção mercantil são modificadas, ou parcialmente suprimidas, pela lei da acumulação socialista. Comecemos pelas leis da produção mercantil.

A produção mercantil (tanto a produção mercantil simples como a produção mercantil capitalista) é uma produção para o mercado. Entre nós, após o fim do Comunismo de Guerra, as trocas de mercadorias por via monetária é que são dominantes na esfera da circulação. Elas dominam não somente no interior de nossa economia privada (com exceção da economia natural, bem entendido), nas trocas entre a economia estatal e a economia privada mas também, em grande parte, nas trocas no interior do setor da economia estatal. E esta forma, quase universal, das trocas monetárias e dos cálculos em dinheiro é considerada por muitos como um índice da importância do domínio da aplicação e da força de dominação da lei de valor enquanto regulador de todo processo econômico. Esta circunstância está, sem dúvida, na base de toda esta supervalorização do papel e do alcance das leis da economia mercantil; ela impediu e impede ainda muitas pessoas de compreenderem a natureza real de nosso sistema econômico. *Entretanto, é errado dizer: área em que prevalece a troca de mercadorias = grau de importância da lei do valor.* Isto é impossível de acontecer mesmo no que concerne ao capitalismo puro, na medida em que, desde o período monopo-

lista do capitalismo, a lei do valor é parcialmente suprimida, acontecendo o mesmo com todas as outras leis da produção mercantil que lhe estão relacionadas. Modificações essenciais ocorrem nos próprios fundamentos da produção mercantil. Citando o economista burguês, Kestner, que descreve as modificações que o capitalismo monopolista acarreta no sistema comercial, o Camarada Lênin escreveu em seu livro *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*: "Traduzindo em linguagem humana, tudo isto quer dizer: o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, embora a produção mercantil continue 'reinando' como antes e seja considerada como base de toda a economia, *na verdade, ela já está minada* ... [1]. E, neste mesmo livro, o Camarada Lênin escreveu em outra passagem: "O velho capitalismo, de livre concorrência, com o regulador que lhe é absolutamente necessário, a Bolsa, é coisa do passado. Em seu lugar, apareceu um novo capitalismo que tem as características evidentes de alguma coisa transitória, que representa uma espécie de mistura de livre concorrência e de monopólio. A questão se coloca naturalmente: qual será a 'etapa imediata' deste novo capitalismo? Mas os sábios burgueses temem colocar esta questão" [2].

Sabemos agora, pela experiência, depois da Revolução de Outubro, qual será a "etapa imediata" deste capitalismo monopolista. Ele não conduz, em todo caso, à liberdade de concorrência mas antes a um monopólio, consideravelmente mais vasto e universal do que o monopólio dos trustes americanos. Ele conduz ao monopólio do Estado sobre toda grande e média indústria, sobre os transportes, o sistema de crédito, o comércio por atacado e, parcialmente, a verejo, e se cerca de uma poderosa rede de cooperativas. Neste sentido, nossa economia estatal aparece historicamente como a continuação e aprofundamento das tendências monopolistas do capitalismo e, conseqüentemente, também como continuação das tendências ao declínio da economia mercantil e à liquidação ulterior da lei de valor. Se já no período do capitalismo monopolista, a economia

1 V. I. Lênin, *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, Ed. "Krasnaja Novj", p. 23 (Sublinhado por mim, E.P.).
2 *Ibid.*, p. 34.

mercantil estava "minada", para repetir a expressão do Camarada Lênin, a que ponto esta economia, suas leis e, conseqüentemente também, sua lei fundamental do valor não ficariam minadas no sistema econômico soviético?

Entre o oceano de nossa produção mercantil simples e nossa economia estatal, se interpõem fraquíssimos elos intermediários de produção capitalista. Apenas no terreno das trocas, existe um elo importante sob a forma de capital mercantil privado. Nesta situação, quer dizer, enquanto o capital mercantil privado ainda é fraco, o monopólio da indústria estatal aparece esmagador e só é limitado, especialmente no interior do país, pela concorrência do artesanato e da indústria artesanal. Mas esta concorrência é limitada, em relação ao conjunto da economia estatal, pela superioridade técnica desta última e, no que concerne à indústria pesada, a concorrência é absolutamente impossível.

Mas, se não podemos julgar da força e do alcance das leis específicas da produção mercantil segundo o volume das trocas monetárias de mercadorias porque este modo de tratar do problema seria puramente formal e superficial, igualmente seria formal e superficial tirar conclusões relativas a influências das leis da produção mercantil sobre a economia estatal tomando como padrão desta influência a importância da massa de mercadorias da economia privada que passa para a economia estatal e vice-versa. O fazendeiro americano participa das trocas de mercadorias com a indústria de seu país num grau bem mais elevado do que nosso camponês; seus cereais e matérias-primas são também extremamente necessários a esta indústria; ele próprio é necessário como comprador; entretanto, isso não impede que, ao se submeter às relações das forças econômicas, o fazendeiro se encontre sob o jugo do capital comercial, dos trustes e dos bancos e que não tenha nenhuma troca equivalente entre ele e a cidade. Não é possível dizer: quanto mais se desenvolve a circulação de mercadorias entre as cidades e o campo na URSS, mais a indústria estatal cai sob a dependência da economia mercantil e se submete à ação de suas leis. De certo modo, *é exatamente o contrário.* Nossa indústria se encontraria numa situação tanto mais grave quanto a economia camponesa tende a se transformar em economia mercantil. A época do Comunismo de Guerra constitui uma prova disso. Quanto mais se desenvolvem as trocas

de mercadorias entre as cidades e o campo tanto mais a relação de forças é determinada pelo grau de organização das partes em confronto. E, conseqüentemente, no caso considerado, é a economia camponesa que ficará mais dependente da economia estatal, se a industrialização continuar numa taxa normal..

Para apreciar a influência das leis da produção mercantil sobre a economia estatal é necessário uma análise mais pormenorizada e aprofundada. Faremos esta análise no capítulo seguinte ao tratarmos da economia agrária e do sistema de trocas da URSS.

Aqui, só indicaremos de modo sumário, e de passagem, o aspecto mais importante. Sem nenhuma dúvida, o caráter espontâneo das relações de mercado e, conseqüentemente, da lei do valor, exercem sua influência quando da compra pelo setor estatal da pequena produção mercantil que tem, simultaneamente, outros compradores no interior do país. A lei do valor exerce sua ação mesmo quando o privilégio das compras está entre as mãos do Estado mas, ao mesmo tempo, o campesinato está em condições de se dedicar a outras culturas se o comprador monopolista oferecer ao produtor preços inaceitáveis. Neste caso, a pressão da lei do valor não se expressará somente nos preços, quer dizer, numa expressão monetária, na periferia das trocas com a economia privada, mas também penetrará profundamente no interior do setor estatal e sua influência repercutirá sobre os cálculos não somente do ramo de produção afetado mas também dos ramos limítrofes, porque ela afeta, entre outras coisas, o nível geral de salários.

Porém, pode-se dizer que há muitos valores deste gênero nas trocas da economia privada com a economia estatal? Qual é sua importância específica? A influência da lei do valor é muito forte no que diz respeito às trocas de produtos alimentícios de origem animal (carne, manteiga, ovos) e de matérias-primas tais como couros, peles de carneiro, lã, onde há muitos compradores concorrentes e onde o próprio produtor, ante uma conjuntura desfavorável de mercado, intensifica a elaboração artesanal de sua própria matéria-prima, boicotando a cidade. A influência é menor nas relações de mercado quando do intercâmbio de outras matérias-primas, tais como o cânhamo, o linho e, particularmente, o algodão. Aqui, é verdade, os preços máximos são determinados pelo mercado externo, quer dizer, pela lei do valor da economia mundial. Porém, a

enorme margem de diferença que separa a média dos preços internos dos preços do mercado externo, faz com que o controle dos preços se encontre, numa grande proporção, entre as mãos do exportador monopolista, ou quase monopolista, do processamento industrial, quer dizer, o Estado. Enfim, no comércio de cereais, o Estado em grande medida é senhor da situação no que toca a fixação dos preços. Poderia parecer que, neste setor, o jogo das forças de mercado seria mais livre do que em qualquer outra parte. Entretanto, na realidade, pode acontecer o inverso. Quando de uma má colheita, o caráter espontâneo da oferta e da procura aparece em primeiro plano no setor do comércio de cereais mas, quando de uma colheita média, ou quando há excedentes que devem ser vendidos no exterior, é o Estado que é senhor da situação. Durante os difíceis anos de 1920 e 1921, – onde, ademais, houve uma semeadura insuficiente – o Estado restringiu fortemente a ação do elemento espontâneo do mercado interno através da repartição, através do imposto *in natura* e através da importação de cereais do Exterior.

Atualmente, em compensação, face a excedentes, o Estado atinge seus objetivos de modo mais feliz graças ao monopólio da exportação de cereais. Tendo o controle sobre centenas de milhões de *puds* * excedentes, ele é o senhor igualmente dos preços internos. A experiência do outono de 1923 mostrou suficientemente que na presença de excedentes, o retardamento das operações relativas aos cereais, equivalendo ao boicote temporário que o Estado impôs sobre os cereais mercantilizáveis dos camponeses, juntamente com a cobrança dos impostos, fez cair, em certos lugares, o preço até 20 ou 30 copeques por *pud* de centeio, quer dizer, seis a sete vezes abaixo dos preços do ano de 1920-1921. Acontece o mesmo em tempos normais, quer dizer, quando de uma colheita média. No futuro, ou seja, com o desenvolvimento do comércio de grãos e, o que significa dizer a mesma coisa, com o desenvolvimento do caráter mercantil da economia camponesa, o papel regulador do Estado neste domínio (nos limites traçados pela lei mundial do valor) não diminuirá mas aumentará [bastando apenas que a indústria se desenvolva e

* Um *pud* igual a 16,3796 kg.

que a satisfação da demanda efetiva do campesinato prossiga normalmente e não retroceda, como aconteceu em 1924-6]. *

Mas as leis da produção mercantil exercem também sua ação sobre a economia estatal num outro sentido. Quero me referir à venda da produção da industria estatal no mercado privado. Nossa indústria trabalha para a demanda do mercado. Isto acontece tanto no caso em que a demanda vem do interior do setor estatal como no caso em que ela vem de fora. Mas as relações de mercado no interior do setor estatal de jeito algum decorrem organicamente das leis imanentes do desenvolvimento da economia estatal nem de sua própria estrutura. Neste caso, as relações de mercado são formais, estão ligadas à economia estatal pelo lado externo, pela forma de suas relações com a economia privada. A regulação da demanda da indústria estatal em produtos desta mesma indústria pode ir muito longe. Sempre conservando a forma mercantil e as regras monetárias, pode-se chegar, aqui, a uma planificação muito avançada na repartição das encomendas, apesar de todas as oscilações que provêm dos ramos diretamente ligados à economia privada. Quanto às trocas com este setor privado, temos aqui uma outra questão. Neste ponto, a proporcionalidade do desenvolvimento da indústria estatal depende da proporcionalidade do desenvolvimento da economia privada – sendo que esta última proporcionalidade se estabelece de modo espontâneo.

A indústria estatal está aqui estreitamente ligada à economia privada. E é justamente sua ação sobre a demanda do mercado que constitui a premissa necessária da própria acumulação socialista. Se a acumulação às custas da economia privada implica um balanço positivo de valores trocados em benefício da economia estatal, esta balança será tanto mais favorável – se todos os demais fatores permanecerem constantes – quanto mais importante for o volume dessas trocas. Mas, por esta porta que materializa a dependência da economia estatal face à demanda efetiva da economia privada, as oscilações do elemento espontâneo da economia privada abrem uma porta para o interior da economia estatal. Estas oscilações não

* O trecho entre colchetes consta apenas da edição inglesa, não estando incluído nas edições francesa e em espanhol (L.M.R.).

podem ser inteiramente suprimidas mas podem ser limitadas por uma política de preços planificada e pelo desenvolvimento planificado da economia estatal, que necessita ter em conta, previamente, a economia privada.

Além disso, a força da influência da economia privada sobre a economia estatal expressa o fato de que esta última – na fase da acumulação socialista primitiva e diante de uma extrema pobreza de capitais – está submetida, durante seu desenvolvimento, ao volume da demanda efetiva e não pode escapar das leis da produção mercantil e intensificar progressivamente o ritmo da passagem para a produção socialista a fim de poder satisfazer a demanda de bens de consumo dos próprios trabalhadores do setor socialista. Cumpre ver que o aumento progressivo do fundo de reprodução às expensas das trocas com a economia privada só é possível através da demanda do mercado, com todas as conseqüências daí decorrentes. Na ausência de outras formas fundamentais de ligação entre a economia privada e a economia estatal que possam ocorrer fora das trocas de mercadorias no mercado, são estas últimas que se tornam, elas mesmas, uma premissa necessária da acumulação socialista.

A ação da lei do valor numa situação de livre concorrência – quer dizer, no seu elemento social natural – distingue-se essencialmente, portanto, de sua ação na economia soviética e, *a fortiori*, na economia estatal. Aqui, a diferença é mais ou menos a mesma que existe na força de colisão de uma pedra que cai de grande altura na água ou no fundo de uma bacia. Quanto mais a economia estatal estiver organizada, quanto mais seus diferentes setores estiverem estreitamente ligados através de um plano econômico operacional tanto mais ela constituirá um todo econômico compacto, tanto mais sua oposição à lei do valor será forte, tanto mais sua influência ativa sobre as leis da produção mercantil será grande e tanto mais ela própria se transformará, com sua lei de ferro da acumulação socialista, no mais importante fator de regulação do conjunto da economia, inclusive do setor privado.

Esboçando este balanço preliminar da ação da lei do valor e da lei da acumulação socialista na economia soviética, chegamos à conclusão de que nenhuma análise científica de nossa economia é

possível se não reconhecermos a presença dessas duas leis e se não estudarmos o produto de sua ação mútua.

Agora estamos em condições de oferecer uma formulação muito mais completa da lei da acumulação socialista primitiva, na medida em que esta lei não somente nos dita, com inelutável objetividade, um volume determinado de acumulação de recursos materiais da economia estatal e da economia privada com vistas à reprodução ampliada mas também se opõe à lei do valor em todos os frontes de luta, enquanto regulador de um tipo de economia diferente, antagônico à produção mercantil. Esta definição, cujos diferentes aspectos serão mais nitidamente sublinhados quando analisarmos a lei do valor na economia soviética, pode ser resumida da seguinte maneira:

Entendemos por lei da acumulação socialista primitiva a soma de todas as tendências conscientes e semi-espontâneas da economia estatal que estão orientadas para a ampliação e reforçamento da organização coletiva do trabalho na economia soviética e que impõem necessariamente ao Estado soviético: 1) proporções determinadas na distribuição das forças produtivas, proporções que se estabelecem a partir da luta contra a lei do valor dentro e fora de nossas fronteiras e que têm por tarefa objetiva atingir o ponto ótimo da reprodução socialista ampliada em dadas condições e o máximo de capacidade defensiva de todo o sistema na luta contra a produção mercantil-capitalista; 2) proporções determinadas de acumulação de recursos materiais com vistas à reprodução ampliada, notadamente às custas da economia privada, na medida em que volume determinado desta acumulação é ditado compulsoriamente ao Estado soviético, sob a ameaça da desproporção econômica, do aumento do capital privado, do enfraquecimento dos laços que unem a economia estatal à produção camponesa, da ruptura, nos próximos anos, das proporções necessárias da reprodução socialista ampliada e do enfraquecimento de todo o sistema na sua luta contra a produção mercantil-capitalista no interior e fora do país.

À lei da acumulação socialista primitiva estão inevitavelmente submetidos: o volume do sobreproduto subtraído da economia privada, o nível de salários da economia estatal, a política de preços, a regulação do comércio externo e interno, o sistema alfandegário, a

política de crédito, a elaboração do orçamento, os planos de importação, etc.

Examinemos agora qual é o lugar específico da lei do valor na economia soviética e em que medida são aplicáveis ao nosso sistema econômico mercantil-socialista as categorias da economia política de Marx.

Capítulo Terceiro

A LEI DO VALOR NA ECONOMIA SOVIÉTICA

Observações Gerais

Quando da análise das premissas da acumulação socialista primitiva, já tínhamos mostrado que a lei da acumulação socialista não é a única lei fundamental da economia soviética. Uma particularidade do sistema econômico mercantil-socialista que existe entre nós consiste no fato de *duas leis* com suas tendências diametralmente opostas atuarem simultaneamente no interior de um mesmo sistema econômico. A segunda dessas leis é a lei do valor. Se as tendências de nossa estrutura econômica futura encontram sua expressão na primeira lei, em compensação, através da segunda, nosso passado nos pressiona, esforçando-se obstinadamente de se manter no presente e de fazer voltar atrás a roda da História. Na lei do valor concentram-se a soma de todas as tendências dos elementos mercantis e mercantis-capitalistas de nossa economia, assim como a soma de todas as influências do mercado capitalista mundial sobre nossa estrutura econômica. Cumpre examinar agora mais detalhadamente como a lei do valor manifesta-se em nossa economia, qual é seu lugar específico, como evolui a luta entre as duas leis e quais são as conseqüências sociais que resultam do conflito que surge da